



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**PAULA GRAÇA SACAVINDA**

**POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: COMÉRCIO INTERNACIONAL E  
INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA SADC**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**PAULA GRAÇA SACAVINDA**

**POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: COMÉRCIO INTERNACIONAL E  
INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA SADC**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

S124p

Sacavinda, Paula Graça.

Política externa de Angola : comércio internacional e integração econômica regional na SADC / Paula Graça Sacavinda. - 2023.

61 f. : il., mapas, color.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

1. Angola - Relações exteriores. 2. Comércio internacional. I. Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral - Integração econômica. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.9673

**PAULA GRAÇA SACAVINDA**

**POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: COMÉRCIO INTERNACIONAL E  
INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA SADC**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Data de aprovação: 13/12/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Amancio de Aquino Alves**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

*À minha mãe, minha toda família,  
gratidão por tudo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus Pai todo poderoso, pela presença na minha vida, por todas as oportunidades, por me guardar, pela saúde, por nunca permitir que eu desistisse dos meus propósitos e por sempre me mostrar que tudo tem o seu tempo. Assim como, pela força, sabedoria, conhecimento para conclusão desta etapa acadêmica.

Agradeço a minha querida e amada Mãe Palmira Domingas da Costa Graça, por tudo que ela fez para minha formação e criação, bem como dos meus irmãos e por me mostrar que mesmo sendo Mãe solteira é possível formar os filhos.

Agradeço a minha Família, aos meus avôs, a minha irmã, irmão, sobrinhas, tias e tios especialmente aqueles que me apoiaram e por terem contribuído para eu estar aqui no Brasil e fazer a minha formação universitária, bem como as minhas primas, primos, minha madrinha e a todos que me apoiaram de forma direta e indireta.

Agradeço ao meu namorado Jerónimo Dias, por estar sempre comigo, por toda força, coragem, apoio que me deu nesse trabalho e na minha graduação, bem como por caminhar junto comigo na minha vida acadêmica.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) pela oportunidade que me concedeu para estudar fora do meu país, por todo corpo docente do campus dos malês, técnicos, funcionários, especialmente os professores do curso de Relações Internacionais que estão na UNILAB assim como os que já saíram que foram fundamental e contribuíram para meu conhecimento. Aos meus amigos e colegas de Angola, Brasil e os que a UNILAB me proporcionou durante a minha vida acadêmica.

Agradeço a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos por aceitar o convite de me orientar no Trabalho de conclusão de curso, pela paciência, ensinamentos não só como professora mais como orientadora também para o desenvolvimento do trabalho.

*“Sou uma jovem mulher que quer conquistar o mundo. Sou uma jovem mulher que acredita que pode contribuir com seu continente, seu país, sua comunidade e sua família.” Sombo, Zâmbia*

## RESUMO

A integração é vista por diversos Estados como uma estratégia para solucionarem os seus problemas em conjunto dentro de um agrupamento. O presente trabalho tem como tema: “Política externa de Angola: comércio internacional e integração econômica regional na SADC”. Partindo da ideia que política externa de Angola na SADC consiste em fortalecer as suas economias e posteriormente o bloco, objetivou analisar como Angola instrumentaliza sua participação na SADC para atingir mercados de interesse dentro da região, nomeadamente daqueles com os quais já possui maior interação e procurou-se responder em que medida Angola utiliza do espaço da SADC para fortalecer seu comércio com países-chave na região? Para isso utilizamos na metodologia a técnica de análise de conteúdo, codificando os protocolos da SADC analisados de forma manual, assim como a estatística descritiva para analisar os fluxos comerciais de importações e exportações de Angola com cada Estado-membro da SADC, extraídos no site International Trade Centre (ITC). Diante disso, verificou-se que a relação comercial de Angola com os Estados da SADC é limitada, o país decidiu não aderir a área de livre comércio da SADC e conseqüentemente os fluxos comerciais de exportação e importação com a SADC é baixo. Apesar disso, Angola mantém relações comerciais de forma bilateral com alguns países de grande expressão da região, como a África do Sul, Namíbia e a RDC.

**Palavras-chave:** Angola - relações exteriores; comércio internacional; Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral - integração econômica.

## ABSTRACT

Integration is seen by several States as a strategy to solve their problems together within a grouping. The theme of this work is: “Angola’s foreign policy: international trade and regional economic integration in SADC”. Starting from the idea that Angola's foreign policy in SADC consists of strengthening its economies and subsequently the bloc, it aimed to analyze how Angola uses its participation in SADC to reach markets of interest within the region, namely those with which it already has greater interaction and sought To what extent does Angola use the SADC space to strengthen its trade with key countries in the region? For this, we used the content analysis technique in the methodology, coding the SADC protocols analyzed manually, as well as descriptive statistics to analyze the trade flows of imports and exports from Angola with each SADC Member State, extracted from the International website Trade Center (ITC). In view of this, it was found that Angola's commercial relationship with SADC States is limited, the country decided not to join the SADC free trade area and consequently export and import trade flows with SADC are low. Despite this, Angola maintains bilateral trade relations with some major countries in the region, such as South Africa, Namibia and the DRC.

**Keywords:** Angola - foreign relations; international trade; Southern African Development Community - economic integration.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b>	Protocolos da SADC desde 1992 até o momento	22
<b>Tabela 1</b>	Principais parceiros comerciais das exportações de Angola para a SADC no período de 2017-2021	28
<b>Tabela 2</b>	Principais parceiros comerciais das importações angolana na SADC no período de 2017-2021 (US\$)	29
<b>Tabela 3</b>	Principais produtos exportados de Angola para a SADC no período de 2017-2021 (US\$ milhões)	30
<b>Tabela 4</b>	Principais produtos importados por Angola na SADC no período de 2017-2021 (US\$ milhões)	31
<b>Quadro 2</b>	Etapas da integração económica da SADC	32
<b>Tabela 5</b>	PIB, População total e IDH dos Países-membros da SADC	33
<b>Quadro 3</b>	União Europeia e Mercosul	43
<b>Quadro 4</b>	Comunidades Económicas Regionais	46
<b>Tabela 6</b>	Categorias e Subcategorias: frequência geral das palavras nos protocolos analisados	53
<b>Tabela 7</b>	Ocorrências das categorias	54

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Comércio exterior de Angola com o Mundo no período de 2017-2021 (US\$)	26
<b>Gráfico 2</b>	Evolução do comércio intra-regional Angola com a SADC no período de 2017-2021 (US\$)	27
<b>Gráfico 3</b>	Principais parceiros de produtos exportado de Angola para a SADC participação por percentagem no total (%)	29
<b>Gráfico 4</b>	Exportação na SADC	35
<b>Gráfico 5</b>	Importação na SADC	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AEC:** Comunidade Económica Africana

**ALC:** Área de Livre comércio

**APEC:** Fórum de Cooperação Económica do Pacífico Asiático

**ASEAN:** Associação das Nações do Sudoeste Asiático

**CEDEAO** ou **ECOWAS:** Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

**CEE:** Comunidade Económica Europeia

**CEEAC:** Comunidade Económica dos Estados da África Central

**CERs:** Comunidades Económicas Regionais

**CGG:** Comissão do Golfo da Guiné

**CIRGL:** Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos

**COMESA:** Mercado Comum para a África Oriental e Austral

**CPLP:** Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**EAC:** Comunidade da África Oriental

**ELF:** Estados da Linha de Frente

**EUA:** Estados Unidos da América

**FNLA:** Frente de Libertação de Angola

**IDH:** Índice de Desenvolvimento Humano dos países da SADC

**ITC:** International Trade Centre

**LPA:** Plano de Ação de Lagos

**MERCOSUL:** Mercado Comum do Cone Sul

**MPLA:** Movimento Popular de Libertação de Angola

**NAFTA:** Acordo de Livre Comércio da América do Norte

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**OUA:** Organização da Unidade Africana

**PIB:** Produto Interno Bruto

**RDC:** República Democrática do Congo

**RISDP:** Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional

**SADC:** Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

**SADCC:** Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral

**SWAPO:** Organização do Povo do Sudoeste Africano

**UA:** União Africana

**UE:** União Europeia

**UMA:** União do Magrebe Árabe

**UNITA:** União Nacional para a Independência Total de Angola

**URSS:** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**ZOPACAs:** Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO</b>	18
2.1	A FORMAÇÃO DA SADC	18
2.2	ANGOLA NA ÁFRICA AUSTRAL: NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL E PÓS-GUERRA CIVIL	23
2.3	AS RELAÇÕES COMERCIAIS DE ANGOLA NA ÁFRICA AUSTRAL	25
<b>2.3.1</b>	<b>Principais parceiros</b>	28
<b>2.3.2</b>	<b>Principais setores</b>	30
<b>2.3.3</b>	<b>Mecanismos de comércio na região</b>	31
2.4	ANGOLA, SADC E O COMÉRCIO NA ÁFRICA AUSTRAL: UM BALANÇO	32
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2 – MARCO TEÓRICO</b>	37
3.1	TEORIAS DA INTEGRAÇÃO	37
3.2	INTEGRAÇÃO REGIONAL	41
3.3	INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA	43
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA E RESULTADOS</b>	50
4.1	DADOS	50
4.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO	51
4.3	ESTATÍSTICA DESCRITIVA	52
4.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
<b>4.4.1</b>	<b>Protocolos vs Os fluxos comerciais</b>	53
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	57
	<b>REFERÊNCIAS</b>	59

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente muito tem-se discutido sobre a política externa e a inserção dos países no cenário internacional. Pode-se entender a política externa como projeto de ação ou objetivos traçados pelo Estado que deseja alcançar com os seus parceiros de cooperação na esfera internacional, porém salvaguardando os seus interesses.

“A política externa de Angola não está confinada a uma única região, nem é restrita a uma única dimensão” (José, 2011, p.12), tampouco a parceiros. Sendo assim, a presente monografia procura abordar a política externa de Angola na região austral de África, particularmente a sua relação comercial com os Estados-membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)<sup>1</sup>, analisando os protocolos de desenvolvimento econômico e os fluxos de importações e exportações de Angola com cada Estado-membro da SADC através da integração econômica regional.

Angola é um país rico em recursos naturais, tais como madeira, petróleo, minerais, o que acaba por situá-la no sistema econômico global como uma grande exportadora de commodities. Por tal razão, a economia angolana é totalmente dependente do recurso petrolífero, que é o principal produto de exportação do país, enquanto possui uma dependência na importação da maioria de produtos e bens de consumo (Apex-Brasil, 2015; Brasil, s/d). Quanto à questão política a nível regional, o país tem crescido muito. Além de ocupar uma posição de grande relevância na geopolítica regional por conta da sua localização geográfica, tendo uma ampla costa marítima que facilita as suas trocas comerciais com os países da região.

Parte-se do pressuposto que o objetivo da política externa de Angola na SADC é fortalecer as suas economias por meio de acordos de cooperação comerciais com os países membros e consequentemente fortalecer o bloco regional. Além disso, a integração econômica regional do Estado angolano com os Estados-membros deste mesmo bloco regional tem-se dado como forma de aproximação dos vizinhos, mas principalmente visando a alcançar os países com os quais têm mais relações, quais sejam: África do Sul, Namíbia e República Democrática do Congo (RDC).

A SADC é uma organização regional da África austral, constituída por dezesseis (16) Estados que são nomeadamente: África do Sul, Angola, Botswana, União das Comores, Eswatini/antiga Suazilândia, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, RDC, Ilhas Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Os membros estão ligados

---

<sup>1</sup> SADC- *Southern African Development Community*

geograficamente (com exceção das Ilhas) e estabelecem relações em diversos setores para desenvolver a região e melhorar a qualidade de vida da população.

Os Estados criam as suas próprias políticas externas de acordo com seus interesses e objetivos. Por muito tempo, Angola tem estabelecido cooperações de forma bilateral e multilateral em diversas dimensões com países na esfera internacional, continental e regional. Particularmente a nível regional e no âmbito da estratégia de integração de Angola na região austral de África, a sua relação com a SADC tem sido importante. A SADC foi criada em 1992, tem como um dos seus maiores objetivos promover uma real integração dentro do bloco, além disso, o mesmo tem um papel fundamental a desempenhar na redução da dependência externa dos seus membros. Para isso mobiliza cooperação bilateral e multilateral para projetos a serem implementados na região em diversos setores, como: setor mineral, industrial, energético coordenado por Angola, bem como da agricultura e de turismo por outros países, com intuito de melhorar o comércio na região (Angola, 2001).

Nesse contexto, a SADC desenvolveu um conjunto de protocolos para promover a cooperação entre os Estados-membros a fim de alcançarem uma maior integração regional e atingir os objetivos do bloco. Segundo o site oficial da SADC, atualmente a organização contém 26 protocolos contando com aqueles que ainda não entraram em vigor. (SADC, s/d). Esses protocolos estão voltados para as áreas de política, defesa e segurança; agricultura, pecuária e recursos naturais; desenvolvimento econômico; desenvolvimento social e humano e desenvolvimento de infraestrutura. Na área de desenvolvimento econômico, foi criado o protocolo do comércio para facilitar a relação de trocas comerciais entre os Estados.

Este protocolo tem como objetivos liberalizar o aumento do comércio intra-regional de bens e serviços, com base em acordos comerciais de forma justa, mutuamente equitativos e benéficos, complementados por protocolos em outras áreas; certificar-se de uma boa produção dentro da SADC refletindo as vantagens comparativas e dinâmicas dos Estados-membros; contribuir para o melhoramento do investimento doméstico, transfronteiriço e estrangeiro; fortalecer o desenvolvimento econômico, a diversificação e a industrialização da região e por fim estabelecer uma zona de livre comércio na região da SADC (SADC, 1996).

Apesar disso, a integração económica na SADC ainda é muito fraca, pois, segundo Nepu (1998 *apud* Murapa 2002, p.163), “[...] o comércio intra-regional constitui apenas 12% de todas as exportações e importações dos países membros[...]”. A SADC tem enfrentado vários desafios nesse quesito, especialmente no que tange ao estabelecimento de mecanismos concretos no âmbito do comércio regional para atingir os objetivos de desenvolvimento econômico do bloco.

Sendo assim, surge o interesse de pesquisar a política externa de Angola a nível regional no bloco SADC a partir da integração econômica com os Estados desta organização de integração. Ressaltando, o fato de Angola ser uma das potências da região austral de África com um potencial econômico e capacidade de influenciar na geopolítica regional, por esse motivo esta levar-se a cabo essa pesquisa.

Diante dessa contextualização, o presente trabalho procura responder a seguinte questão: em que medida Angola utiliza do espaço da SADC para fortalecer seu comércio com países-chave na região? O objetivo consiste em analisar como Angola instrumentaliza sua participação na SADC para atingir mercados de interesse dentro da região, nomeadamente daqueles com os quais já possui maior interação. Para isso, recorreremos aos protocolos da SADC referente aos acordos de cooperação econômica para avaliar as iniciativas de comércio regional levadas a cabo por Angola. Ademais, utilizamos dados do International Trade Centre (ITC) para analisar os fluxos comerciais de Angola com os demais membros da SADC. A partir da comparação de tais fluxos com os dispositivos estabelecidos nos protocolos da SADC, buscaremos compreender o lugar da SADC na estratégia de comércio internacional de Angola.

## 2 CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste primeiro capítulo de contextualização começa a abordar inicialmente com uma breve história do surgimento da SADC, sua origem e transformações. Em seguida descreve o contexto político de Angola na África Austral durante a guerra civil e pós-guerra civil, assim como aborda a política externa angolana e suas relações internacionais e regionais. A seguir mostra as relações comerciais de Angola na África Austral com Estados da SADC no período de 2017-2021, apresenta suas exportações e importações, os principais parceiros e produtos comerciais. A próxima trata dos mecanismos de comércio da SADC. Na última subseção faz um balanço do comércio de Angola e intra-regional da SADC na África Austral.

### 2.1 A FORMAÇÃO DA SADC

O processo de integração na África Austral SADC surge num contexto histórico e sociopolítico tenso na década de 70, um período caracterizado na África Austral por luta de libertação, conflitos, instabilidades e Guerra Fria<sup>2</sup> a nível internacional. A SADC foi criada por iniciativa dos Estados da África Austral a partir de uma cooperação regional que começou com a formação dos Estados da Linha da Frente (ELF)<sup>3</sup> que mais tarde se transformou na Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)<sup>4</sup> (Moma, 2012). A mesma surge com intuito de combater a dominação colonial portuguesa em Angola e Moçambique, os regimes de minorias brancas no Zimbábue, o *apartheid*<sup>5</sup> na África do Sul, a ocupação ilegal da Namíbia pelo governo sul-africano e as agressões desse governo contra os países vizinhos, bem como, criar estratégias para o desenvolvimento econômico e social da região.

Desta feita, em 1970 foi criado os Estados da Linha da Frente (ELF) a partir de uma união política entre os Estados da África Austral independentes na altura Botsuana, Tanzânia e Zâmbia. A ELF foi uma organização política criada por meio de um documento informal, cujo

---

<sup>2</sup> A Guerra-Fria foi um conflito bipolar a nível internacional entre EUA e a URSS que teve início logo após a Segunda Guerra Mundial e terminou na década de 90 com o desmantelamento da URSS. Neste período ocorreram várias mudanças no cenário internacional. Esse conflito repercutiu no continente africano, essas superpotências influenciaram nos destinos políticos e econômicos dos países africanos, particularmente na África austral apoiaram e alimentaram as guerras na região.

<sup>3</sup> Os Estados da Linha da Frente (ELF), foi a primeira organização de integração e cooperação criada pelos países da África Austral e era constituída pelos seguintes países: Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

<sup>4</sup> SADCC - *Southern African Development Coordination Conference*

<sup>5</sup> O *apartheid* foi uma política de segregação racial instalada na África do Sul pelo governo de minoria branca em 1948 que culminou em 1992.

objetivos era a libertação política e social dos territórios da região que estavam sob domínio colonial e apoiar os Movimentos de Libertação Nacional (MLN)<sup>6</sup>. Entretanto, a formação dessa aliança se deu por conta de tensão política causada pelo regime de minoria branca (Zimbábue) e o *apartheid*<sup>7</sup> (África do Sul), assim como também o regime de dominação colonial dos estados vizinhos. Então essa aliança foi um mecanismo de estratégia e fortalecimento desses estados que mesmo independentes sentiam a sua situação política sendo ameaçados por esses regimes supracitados. (Silva, 2014).

Após o alcance das independências em 1975, Angola e Moçambique juntaram-se ao ELF e mais tarde com a independência do Zimbábue em 1980 a organização conquista uma das suas primeiras vitórias políticas. Os líderes da ELF começaram a perceber a dependência econômica dos Estados da região em relação ao país vizinho África do Sul, e assim viram a necessidade de prestar atenção às questões econômicas e estender a cooperação regional de modo a diminuir a dependência econômica. Essa iniciativa resultou na criação da SADCC. (Murapa, 2002; Silva, 2014). De acordo com Khama (1981), Mandaza e Tostensen (1987) *apud* Moma (2012), a dependência econômica dos países da SADCC se manifestava principalmente na insuficiência de infraestruturas de transporte e comunicação, bem como nos baixos níveis de industrialização em relação à África do Sul.

A SADCC<sup>8</sup> foi criada em abril de 1980 em Lusaka, capital da Zâmbia pelos ELF a partir do protocolo de Lusaka. Nesse período os membros da SADCC eram os seguintes países: Angola, Botsuana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. A mesma surge da solidariedade e união entre os Estados da África austral, bem como das suas experiências de cooperação política na luta contra o colonialismo e do regime *apartheid* na África do Sul. (MURAPA, 2002). A SADCC tinha como principal objetivo a libertação

---

<sup>6</sup> Movimentos de libertação nacionais- esses movimentos eram: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em Angola; Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Moçambique; a União Popular Africana do Zimbábue (ZAPU) e a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) no Zimbábue; a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) da Namíbia e o Congresso Nacional Africano (ANC) na África do Sul.

<sup>7</sup> O regime do *apartheid* era a principal ameaça para paz e estabilidade política da África austral e se tornou o maior desafio do bloco, pois causava desestabilização com ataques militares e bombardeios contra os países da região como Angola, Botsuana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, até mesmo nos países de fora, como Reino Unido e outros da Europa. Também teve casos de sequestros, tortura e assassinatos de pessoas destes países que lutavam contra o regime e forneciam apoios ao MLN sul-africanos. (WYK, 2014).

<sup>8</sup> Segundo Amin (1987) *apud* Moma (2012, p. 111), “a SADCC não foi apenas uma iniciativa dos Estados da Linha de Frente. Ao contrário, houve um encorajamento forte dos países ocidentais que desejavam tornar a região mais ligada ao ocidente”. Dessa feita, é necessário reconhecer a influência estrangeira, como Europa e dos Estados Unidos da América na criação do bloco, no qual forneciam apoio econômico e financeiro aos países da SADCC. Porém, mesmo reconhecendo a influência ocidental não se pode retirar o mérito ou a autonomia dos Estados da África austral em escolher a melhor maneira de cooperação regional que lhes ajudaria no alcance dos objetivos. (MOMA, 2012).

econômica da África austral, reduzir a dependência econômica dos Estados-membros particularmente em relação a África do Sul e coordenar projetos de cooperação econômica em diferentes setores<sup>9</sup> para o desenvolvimento regional dos Estados. Para isso, “a estratégia fundamental da SADCC foi a de atrair ajuda financeira e técnica externa para prosseguir com os projectos internos definidos pela organização”. (Moma, 2012, p. 115).

De acordo com Murapa (2002), “Durante a década de 1980, a SADCC garantiu, efetivamente, o investimento internacional, particularmente nos setores de transportes e comunicações [...]”. Pois a maioria dos países da SADCC apresentavam atraso econômico e eram países com condições financeiras muito abaixo da África do Sul. Dessa feita, procuraram a ajuda externa para continuar a prosseguir com os objetivos de cooperação, alcançar a integração regional e enfrentar o poder econômico sul-africano e o seu regime *apartheid*. Apesar disso, a SADCC não conseguiu alcançar os objetivos desejados, isto é, sair da dependência econômica. Segundo Castellano da Silva (2017), muitos dos países da SADCC continuavam mantendo relações com a África do Sul, países como: Malawi, Botswana, Suazilândia e Lesotho. Isso tornava-os dependentes economicamente desse país.

Em 1990 a independência da Namíbia<sup>10</sup>, a queda do regime do *apartheid*, e ainda segundo Döpcke (1998) *apud* Schuck, Soares e Fetter (2010), aponta o fim da Guerra Fria, do conflito entre Angola e África do Sul, e da política de desestabilização da África do Sul contra os vizinhos, foram fatores preponderante para mudanças no cenário da África austral e da transformação da SADCC para SADC.

A SADC foi estabelecida a partir de um tratado assinado em 17 de agosto de 1992 na Namíbia, sua capital Windhoek, pelos líderes dos Estados-membros da mesma, concedendo assim um caráter legal à organização. A criação da SADC encontra-se no artigo 2º do seu tratado estabelecido pelos chefes de Estados-membros da organização ou representantes dos governos dos Estados (SADC, 2017). Esta organização regional tem a sua sede em Gaborone, capital do Botswana. (*idem*, 2017). Após a transformação para a SADC houve adesão de vários países na organização. Atualmente a SADC é formada por 16 Estados-membros. Abaixo estão a localização dos países membros da SADC.

---

<sup>9</sup> A cooperação na SADCC era feita em diferente setor: agrícola, industrial, energético, comercial, do turismo, da mineração e de recurso humanos (Langa; Sacavinda, 2019).

<sup>10</sup> Sobre a independência da Namíbia. O país se tornou independente em 1990 depois de um tempo sob o comando do governo sul-africano do *apartheid*. O acordo de Nova Iorque assinada entre Angola, Cuba e África do Sul que consistia na retirada das tropas cubanas de Angola e das sul-africanas na Namíbia, resultou na independência da Namíbia, como também no fim do *apartheid* e na redução das tensões dos conflitos da África austral.

**Figura 1** - Mapa dos Estados-membros da SADC



Fonte: Site da SADC<sup>11</sup>

A SADC é um dos maiores blocos de integração regional, político e socioeconômico do continente africano localizado na África austral que pauta na “constituição de uma região economicamente integrada”. (José, 2011, p. 170). Por isso, a SADC procura através da integração regional alcançar os seus principais objetivos, os quais são: o desenvolvimento econômico, promover a paz e a segurança, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e qualidade de vida do povo da região austral de África e fornecer apoio aos que são socialmente desfavorecidos. Entretanto, esses objetivos só podem ser alcançados mediante a uma profunda integração regional baseado nos princípios democráticos e no desenvolvimento equitativo e sustentável. (SADC, 2017).

Segundo Murapa (2002), o tratado da SADC criado em 1992, o mesmo tem como objetivo melhorar as habilidades técnicas e administrativas na região e estipula uma série de protocolos voltados para promover uma maior integração regional, tais como: os protocolos do comércio, energia, educação e turismo. Dentre esses, o protocolo do comércio é o mais significativo e antes de ser implementado teve de ser ratificado por 2/3 dos países membros.

Abaixo estão listados uma tabela com diversos protocolos da SADC desde 1992, no qual estão em diferentes áreas de cooperação. Ressaltar que os protocolos são instrumentos

<sup>11</sup> SADC. Disponível em: <<https://www.sadc.int/pages/sadc-overview>>.

legais ou acordos que servem como meio para os estados-membros trabalharem em conjunto cooperando mutuamente de modo a alcançarem os objetivos desejados.

**Quadro 1** - Protocolos da SADC desde 1992 até o momento

Os protocolos da SADC
Protocolo ao Tratado que Estabelece a SADC sobre Imunidades e Privilégios 1992
Protocolo de Energia 1996
Protocolo sobre Comércio 1996
Protocolo de Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas 1996
Protocolo sobre Transporte, Comunicações e Meteorologia 1996
Protocolo sobre Educação e Treinamento 1997
Protocolo sobre Mineração 1997
Protocolo sobre o Desenvolvimento do Turismo 1998
Protocolo de Saúde 1999
Protocolo sobre Conservação da Vida Selvagem e Aplicação da Lei 1999
Protocolo sobre Cursos de Água Compartilhados 2000
Protocolo sobre Tribunal e suas regras 2000
Protocolo sobre Assuntos Jurídicos 2000
Protocolo Contra a Corrupção 2001
Protocolo sobre o Controle de Munições de Armas de Fogo e Outros Materiais Relacionados 2001
Protocolo de Cultura, Informação e Esporte 2001
Protocolo sobre Pesca 2001
Protocolo sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança 2001
Protocolo sobre Extradicação 2002
Protocolo sobre Silvicultura 2002
Protocolo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Criminal 2002
Protocolo sobre Facilitação e Movimento de Pessoas 2005
Protocolo sobre Finanças e Investimento 2006
Protocolo sobre Gênero e Desenvolvimento 2008
Protocolo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação 2008
Protocolo sobre Comércio de Serviços 2012
Protocolo sobre Emprego e Trabalho 2014
Protocolo sobre Indústria 2019

Fonte: site da SADC<sup>12</sup>

<sup>12</sup> SADC. Disponível em: <https://www.sadc.int/pages/sadc-protocols>

## 2.2 ANGOLA NA ÁFRICA AUSTRAL: NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL E PÓS-GUERRA CIVIL

A história política de Angola está estreitamente ligada ao contexto regional e internacional. Logo após tornar-se independente de Portugal em 1975, Angola mergulhou em uma guerra civil que durou 27 anos e terminou somente em 2002. Durante o período da guerra civil, de acordo com Castellano da Silva (2015):

Angola foi palco dos interesses estratégicos de potências intermediárias da região (África do Sul e Zaire) e de fora dela (Cuba), bem como de potências globais (EUA, URSS e China). Essa relevância global foi, todavia, submetida a complexas dinâmicas locais e regionais e perdeu impulso com o fim da década de 1980. Seu potencial econômico e posição geográfica estratégica, com ampla área costeira e conexões viárias que integram o interior, contribuíram para a contínua relevância de Angola na geopolítica regional. (Castellano da Silva, 2015, p.142).

Como observa-se a guerra civil em Angola foi marcada pelo envolvimento e influência de vários atores regionais e internacionais que tinham interesses no país, como: África do Sul, ex-Zaire atual RDC, Cuba, China e as superpotências da Guerra Fria (Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) isto até o final da Guerra fria. No entanto, Castellano da Silva (2015) refere acima que mesmo após esse período o potencial econômico (principalmente a abundância em petróleo) de Angola, bem como a sua posição geoestratégica, contribuíram para a sua relevância na geopolítica regional. Durante a guerra civil, assim como a guerra de libertação, esses países envolvidos forneciam apoio militar e logístico aos três MLN de Angola que estavam ao seu lado ideológico, tais como: Movimento Popular de Libertação de Angola-MPLA (URSS, Cuba e ELF); União Nacional para a Independência Total de Angola-UNITA (EUA, África do Sul e uma minoria da China); e a Frente Nacional de Libertação de Angola-FNLA (EUA, ex-Zaire e China)<sup>13</sup>.

Após a independência de Angola assim como de Moçambique “[...] os Estados recém-independentes foram recebidos com uma política agressiva por parte da potência regional dominante” (Castellano da Silva, 2017, p), isto é, a África do Sul a potência regional. Neste mesmo contexto, durante a guerra civil em Angola houve envolvimento direto da África do

---

<sup>13</sup> A nível regional, a UNITA e a FNLA eram apoiados pela África do Sul e o ex-Zaire atual RDC, enquanto o MPLA pelos ELF atual SADC. A nível internacional, no caso do MPLA argumenta Castellano da Silva (2017), que o movimento assumiu a ideologia socialista baseada no Estado marxista-leninista nacionalista e recebia apoio da ex-URSS, Cuba e Alemanha Oriental. Ao passo que, a UNITA e a FNLA estavam vinculados a ideologia oposta e angariaram apoios dos EUA e da China.

Sul que fornecia apoio a UNITA e ocupou a região sul do território angolano onde realizou ataques para desmobilizar a SWAPO, partido namibiano que recebia apoio do governo de Angola-MPLA, o qual apoiava os movimentos de libertação nacional contra *apartheid* e era o principal inimigo de sua ordem regional. (Castellano da Silva, 2015).

Durante os anos de 1975 até 1988, Angola foi considerada a potência secundária da região, pois tinha uma postura contrária aos ideais conservadores da África do Sul, com isso Angola além de ter uma postura revolucionária na região, também desenvolveu capacidades de atrair apoio externo para as disputas no conflito doméstico. E mesmo após esse período, Angola continuou sendo um agente importante na política regional. (Castellano da Silva, 2015).

Com o fim da guerra fria houve uma mudança de cenário na região da África Austral, os países da SADC assim como Angola adotaram o sistema democrático bem como a [...] “liberalização econômica representada pela implantação de programas de ajuste estrutural foi adotada, mesmo nos antigos regimes socialistas ou marxista-leninistas, e as instituições de integração regional abraçaram os seus fundamentos.” (Castellano da Silva, 2015, p.142). Em Angola ocorreram diversas transformações políticas e econômicas. Segundo Castellano da Silva (2015), a partir de 1990 começaram as transições em Angola, a primeira mudança foi o abandono do modelo marxista-leninista, ou seja, o abandono do sistema de partido único, com a consolidação de uma reforma constitucional em maio de 1991 o congresso decretou o país como um Estado democrático e multipartidário. Essa reforma, por sua vez, abriu caminho para a realização das primeiras eleições democráticas e multipartidárias em setembro de 1992. Além disso, ainda no mesmo mês foi aprovada uma nova revisão da constituição da nação que estabelece mecanismos de descentralização governamental e de forma simultânea também foi alterado o nome do país de República Popular de Angola para República de Angola.

Além disso, o acordo de paz de Bicesse em 1991 assinado entre o governo do MPLA e a UNITA mediado pela Organização das nações Unidas (ONU), pôs fim no primeiro período da guerra civil em Angola trazendo uma pequena estabilidade política no país. O acordo resultou na realização das eleições democráticas multipartidárias 1992<sup>14</sup>. Essas eleições, por sua vez, não resultaram na paz em Angola e levou o país a mergulhar novamente na guerra civil. Quanto às mudanças econômicas, o país em 1990 iniciou um processo de liberalização econômica e abertura de mercado. No entanto, esse processo se fez de forma desastrosa e desorganizada, isto é, as mudanças foram feitas de forma repentina que não se levou em

---

<sup>14</sup> O partido no poder nesta data era o MPLA que por sinal também foi o mesmo que venceu as eleições, dados questionáveis pelo maior partido da oposição UNITA, culminando assim com mais uma guerra civil que terminou em 2002, com a morte de Jonas Malheiro Sidónio Savimbi, ex líder da UNITA.

consideração as dificuldades de adaptação de alguns setores na transição da economia de planejamento centralizado para a economia de livre mercado, assim como do cenário conflitante que o país enfrentava nesse período. (José, 2011).

Com o fim da guerra civil em 2002, Angola passou a promover “uma política externa mais pragmática do que a dos anos anteriores, pois o governo estabeleceu como prioridade o desenvolvimento da infraestrutura do país, baseado na busca de parcerias externas sem opções excludentes”. (José, 2011, p.12). Em outras palavras, Angola adotou uma política externa dinâmica, a nível interno concentrada na reconstrução de infraestrutura, pois grande parte ficou destruída pela guerra, bem como no seu crescimento econômico e desenvolvimento. Para isso, estabeleceu novas parcerias de cooperação externa pelo mundo todo, tanto no eixo multilateral como bilateral, especificamente na esfera econômica, diversificou os seus parceiros e tem mantido relações com diversos países no mundo afora.

Atualmente, Angola tem procurado mecanismo de se fortalecer dentro e fora do continente, tendo uma participação ativa em organizações como: Organização das nações Unidas (ONU), União Africana (UA), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Comissão do Golfo da Guiné (CGG), a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), e a ZOPACAs. Nestes organismos Angola tem defendido os seus interesses nacionais, bem como, criar um novo panorama de regionalismos da sua política externa. (José, 2011).

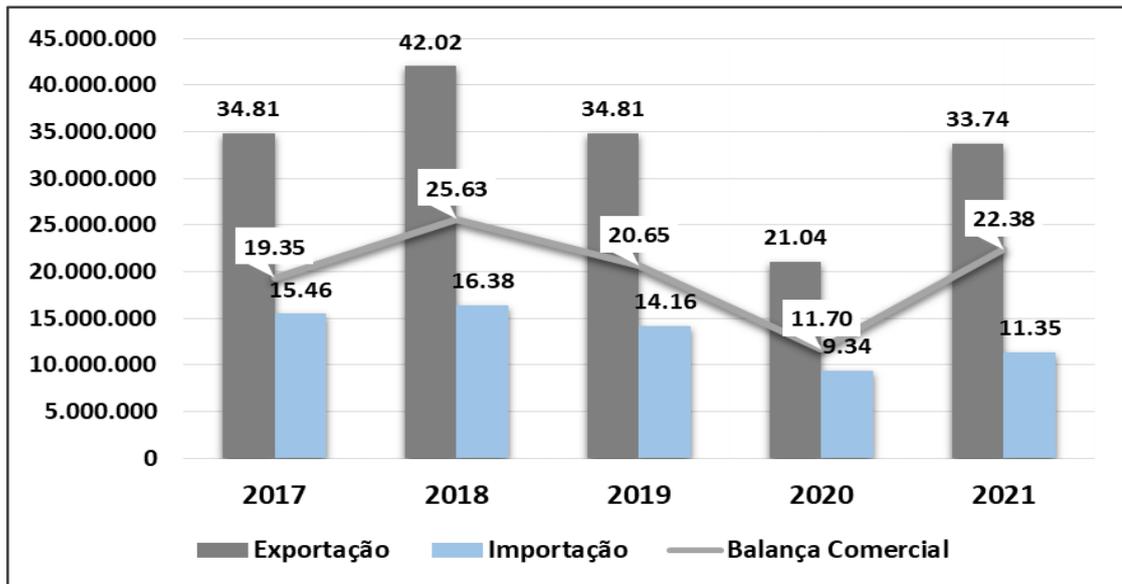
### 2.3 AS RELAÇÕES COMERCIAIS DE ANGOLA NA ÁFRICA AUSTRAL

“O comércio exterior de Angola é caracterizado por fortes superávits decorrentes da exportação de produtos básicos – petróleo bruto – e aquisição de itens manufaturados, sobretudo bens de capital e de consumo.” (Brasil, s/d, p.14).

Angola é o segundo maior exportador e importador da SADC no mundo seguindo da África do Sul. Entretanto, a maioria da sua exportação e importação global está concentrada fora da região da SADC. No gráfico 1, é possível visualizar o comércio exterior de Angola com o mundo no período entre 2017 a 2021. Em 2017, a exportação angolana foi de US\$ 34.81 milhões, este valor aumentou para US\$ 42.02 milhões em 2018. Em 2019 as exportações caíram até 2020 para US\$ 21.04 milhões, mas apresentou uma recuperação em 2021 chegou no valor de US\$ 33.74 milhões. Com a importação também ocorreu o mesmo, em 2017 o valor foi de US\$ 15.46 milhões para US\$ 16.38 milhões em 2018 e os valores caíram para US\$ 14.16

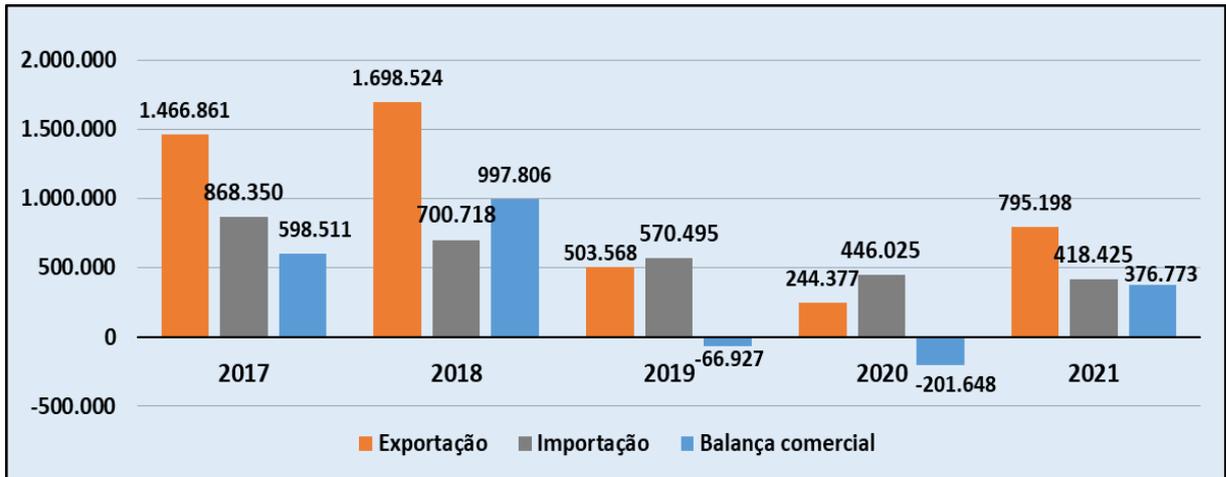
milhões em 2019 e para US\$ 9.34 milhões em 2020. Em 2021, apresentou uma leve recuperação com um valor total de US\$11.35 milhões. Apesar dessa queda no comércio, principalmente devido a crise econômica que o país vem enfrentado pela queda do preço do petróleo desde 2014, o país não apresentou déficit na balança comercial. Sendo assim, pode-se enfatizar que o país exportou mais do que importou.

**Gráfico 1** - Comércio exterior de Angola com o Mundo no período de 2017-2021 (US\$)



Fonte: adaptado de International Trade Center (ITC).

Ainda, como se pode observar no gráfico 1, as exportações mundiais de Angola apresentaram maior valor em 2018, no entanto, de toda a exportação global US\$ 1.698.524 (gráfico 2) foi destinada a SADC que corresponde a 4% do valor total (gráfico 3). A relação comercial de Angola com os Estados da SADC é fundamentada no gráfico 2.

**Gráfico 2** - Evolução do comércio intra-regional Angola com a SADC no período de 2017-2021 (US\$)

Fonte: adaptado do ITC.

O gráfico 2 exibe a evolução do comércio intra-regional de Angola com a SADC durante o período de 2017 a 2021. A partir deste gráfico é possível observar que os fluxos comerciais de Angola na região austral com a SADC tiveram oscilação durante os cinco anos, no qual apesar de ser muito limitado, diminuiu bastante nos últimos anos. Durante esse período, o gráfico mostra que em 2017 a exportação de Angola para a SADC foi de US\$1.466.861 e em 2018 cresceu para US\$ 1.698.524. Quanto à importação, em 2017 o valor total da importação foi de US\$ 868.350, porém caiu em 2018 para US\$ 700.718. A partir de 2019 principalmente em 2020 houve uma queda no comércio de mercadorias de compra e venda por conta do impacto da pandemia da covid-19, tanto as exportações como as importações angolanas na SADC reduziram. Em 2019 a exportação angolana para a SADC foi de US\$ 503.568 e caíram para US\$ 244.377 em 2020. Com as importações também caíram de US\$ 570.495 em 2019 para US\$ 446.025 em 2020. Em 2021, houve uma recuperação nas exportações superando o ano anterior e o valor da exportação foi de US\$ 795.198. Já a importação o valor foi de US\$ 418.425.

Neste período, a balança comercial de Angola com a SADC registou maior superávit comercial em 2018 com US\$ 997.806. No entanto, em 2019 e 2020 foi registrado saldo negativo, pois houve um aumento na importação em relação à exportação, marcada assim com déficit na balança comercial. Percebe-se que o saldo negativo mostra um desequilíbrio nas relações comerciais intra-regional de Angola com os Estados da SADC.

### 2.3.1 Principais parceiros

**Tabela 1** - Principais parceiros comerciais das exportações de Angola para a SADC no período de 2017-2021

Países da SADC	2017	2018	2019	2020	2021
<b>África do Sul</b>	1.342.398	1.142.759	365.060	180.098	512.143
<b>RDC</b>	112.404	104.827	121.814	50.678	262.281
<b>Namíbia</b>	11.366	354.602	4.022	9.761	19.246
<b>Moçambique</b>	563	1.155	4.293	3.268	937
<b>Tanzânia</b>	5	458	120	13	527
<b>Zâmbia</b>	82	112	296	182	35
<b>Madagáscar</b>	0	3	1	1	18
<b>Botsuana</b>	0	18	6.654	0	8
<b>Lesoto</b>	0	2	0	0	2
<b>Malawi</b>	9	239	1.289	0	1
<b>Maurício</b>	34	0	0	126	0
<b>Zimbábue</b>	0	34	2	128	0
<b>Seicheles</b>	0	93.022	0	122	
<b>Eswatini</b>	0	1.293	17	0	

Fonte: adaptado do ITC.

A tabela 1 apresenta os principais parceiros comerciais das exportações angolana para a SADC durante os anos de 2017 a 2021. Na tabela, observa-se que os principais parceiros comerciais de Angola nas exportações para a SADC são, nomeadamente: a África do Sul em primeiro lugar, seguido a RDC e a Namíbia.

Ainda é possível visualizar no gráfico 3, os destinos das exportações angolana nos principais parceiros comerciais de exportação para a SADC. Segundo o gráfico, em 2017, as exportações de Angola destinadas para África do Sul foram de 3,9% do valor total e em seguida para RDC 0,3%. Em 2018, a África do Sul foi o maior destino com 2,7%, seguido pela Namíbia 0,8% e a RDC 0,2%. Em 2020, a África do Sul continuou como o maior destino com 0,9%, depois a RDC com 0,2%. No ano seguinte, em 2021, os destinos continuaram sendo a África do Sul com 1,5%, segundo a RDC 0,8% e a Namíbia 0,1%. Nota-se que a África do Sul foi o maior destino das exportações de Angola para a SADC.

**Gráfico 3** - Principais parceiros de produtos exportado de Angola para a SADC  
participação por percentagem no total (%)



Fonte: adaptado do ITC.

**Tabela 2** - Principais parceiros comerciais das importações angolana na SADC no período de 2017-2021 (US\$)

Países da SADC	2017	2018	2019	2020	2021
África do Sul	790.800	607.979	504.468	399.759	360.426
Namíbia	38.919	43.987	25.429	25.346	35.330
Eswatini	23.117	31.252	16.706	4.958	6.300
Moçambique	6.597	5.271	4.399	4.676	1.827
Zâmbia	3.280	3.892	3.344	1.311	1.716
RDC	2.088	1.955	4.189	3.341	6.841
Botsuana	1.143	1.399	366	182	446
Tanzânia	886	1.380	1.868	3.807	1.950
Zimbábue	817	783	4.987	587	592
Maurício	695	2.224	1.825	796	2.695
Madagáscar	8	1	0	24	0
Malawi	0	4	485	725	299
Seicheles	0	591	2.429	513	0
Lesoto	0	0	0	0	3

Fonte: adaptado do ITC.

Na tabela 2 mostra os principais parceiros comerciais das importações angolana na SADC durante os anos de 2017 a 2021 que foram em primeiro lugar a África do Sul, em seguida a Namíbia e a Eswatini. Segundo a tabela, em 2017 os países de origem de produtos importados por Angola na SADC foram a África do Sul com US\$ 790.800, seguido da Namíbia US\$ 38.919 e a Eswatini com US\$ 23.117. Em 2020, os principais fornecedores dos produtos importados

por Angola continuaram sendo o mesmo, e vê-se que a maioria dos produtos que provêm da SADC para Angola são oriundos desses países.

### 2.3.2 Principais setores

**Tabela 3 - Principais produtos exportados de Angola para a SADC no período de 2017-2021 (US\$ milhões)**

Grupos de Produtos Exportados	2017	2018	2019	2020	2021
Combustíveis, óleos minerais e produtos da sua destilação, etc	1.335.817	1.121.413	359.459	175.071	692.358
Ferro e aço	2.450	2.863	9.215	5.054	12.599
Máquinas e aparelhos mecânicos	7.906	16.859	8.315	5.744	12.350
Bebidas, bebidas alcoólicas e vinagres	42.496	17.869	24.601	8.396	10.021
Artigos de ferro ou aço	1.512	2.699	2.924	5.077	7.908
Vidros e vidrarias	262	302	237	2.535	5.799
Veículos	2.347	1.651	6.545	1.728	5.131
Máquinas e equipamentos elétricos e eletroeletrônicos	1.105	2.219	973	2.655	4.432
Peixes e crustáceos, etc	6.895	6.595	698	1.732	4.396
Sal (incl. de cozinha), enxofre, terra, pedra, materiais de gesso, cal e cimento	6.153	2.515	4.672	1.250	4.000
Outros	59.918	523.539	85.929	35.135	36.204

Fonte: adaptado do ITC.

A tabela 3 lista os principais produtos mais exportados de Angola para a SADC no período de 2017 a 2021. Na tabela vê-se que a pauta exportadora de Angola é centrada no setor petrolífero. O petróleo é responsável por toda exportação na SADC, o mesmo também é o principal produto da maioria das vendas de Angola a nível mundial.

**Tabela 4** - Principais produtos importados por Angola na SADC no período de 2017-2021 (US\$ milhões)

<b>Grupos de Produtos Importados</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Máquinas e aparelhos mecânicos	95.926	96.292	101.824	87.965	93.566
Máquinas e equipamentos elétricos e eletroeletrônicos	53.887	36.356	36.336	24.220	26.157
Plásticos e suas obras	35.242	23.808	24.955	19.042	23.986
Produtos de moagem, malte, amidos, inulina e glúten de trigo	53.510	32.192	25.725	18.520	20.920
Veículos	30.481	36.821	27.814	24.586	18.868
Papel e cartão	21.995	22.631	11.230	10.964	16.548
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria e cosméticos ou de higiene	31.946	43.913	27.165	12.083	16.344
Combustíveis, óleos minerais e produtos da sua destilação, etc	60.564	29.656	18.287	15.282	15.715
Artigo de ferro ou aço	15.535	12.960	14.401	8.531	15.455
Produtos químicos	22.005	24.918	14.257	12.569	12.555
Bebidas, bebidas alcoólicas e vinagres	65.206	47.241	27.294	16.897	10.886
Outros	382.053	293.930	241.207	195.366	147.425

Fonte: adaptado do ITC.

Angola é um país que depende muito da importação de produtos por falta de indústria e produção interna. A tabela 5 lista os principais produtos mais importados por Angola na SADC durante o período de 2017 a 2021. Neste período, os principais produtos importados foram principalmente: máquinas (aparelhos mecânicos, equipamentos elétricos e eletroeletrônicos), plásticos, produtos de moagem, malte, amidos, inulina e glúten de trigo e veículos.

### **2.3.3 Mecanismos de comércio na região**

O comércio de bens e serviços intra-regional da SADC forma uma área importante de cooperação, pois a mesma apoia os objetivos de desenvolvimento econômico e erradicação da pobreza. Neste caso, a organização percebe que a região teria muito a ganhar com a cooperação comercial, portanto, visando a solução de alguns problemas da região, a SADC aprovou o protocolo do comércio da região em 24 de agosto de 1996. (SADC, s/d). Este protocolo foi criado pelos Estados da SADC no qual Angola é membro, e é um instrumento para conduzir as relações comerciais entre os Estados-membros da SADC, porém somente entrou em vigor em

2000. Além do protocolo, os Estados da SADC também estabelecem acordos comerciais bilaterais.

A SADC estabeleceu vários mecanismos de integração para facilitar o comércio intra-regional por meio da integração econômica, que estão representadas no quadro abaixo:

**Quadro 2 - Etapas da integração econômica da SADC**

1º etapa	2º etapa	3º etapa	4º etapa	5º etapa
Área de livre comércio em 2008	União aduaneira em 2010	Mercado Comum em 2015	União monetária em 2016	Moeda única em 2018

Fonte: Site da SADC<sup>15</sup>

A área de livre comércio (ALC) é a primeira etapa, implementada em 2008 após um programa faseado de redução tarifária, em que 85% do comércio intra-regional de mercadorias entre os Estados Membros passaram a ter imposto zero. No entanto, nem todos os Estados fazem parte do acordo, dois Estados-membros, Angola e RDC decidiram ficar fora do acordo, apenas treze Estados aderiram a área de livre comércio. (SADC, s/d). Concernente a concretização das outras etapas até o presente momento encontra-se estagnadas, segundo a SADC (2020, p.26), “[...] fez poucos avanços no sentido de estabelecer uma União Aduaneira, Mercado Único e União Económica e Monetária, [...]”. Ou seja, apesar dos esforços de planejamentos dos marcos de integração, na prática, os resultados são pouco notórios, pois a maioria dos marcos não foram alcançados como: união aduaneira, mercado comum, união monetária e moeda única.

#### 2.4 ANGOLA, SADC E O COMÉRCIO NA ÁFRICA AUSTRAL: UM BALANÇO

A SADC tem ganhado notoriedade no continente africano e é considerado por muitos autores como o bloco econômico mais emergente do continente, em contrapartida, o bloco vem tendo dificuldade para ter um encaixe no que diz respeito a integração econômica, situação causada pelo desenvolvimento econômico desnivelado que os países membros apresentam, especialmente nas questões de infraestruturas que são insuficientes, isto é, quando existem. (Ambrósio, 2014).

<sup>15</sup> SADC. Disponível em: <https://www.sadc.int/integration-milestones/free-trade-area>

Apesar da SADC ser conhecida como o bloco econômico mais emergente do continente, é notável a disparidade da economia entre os Estados-membros, conforme apresenta Murapa (2002). “Excluindo a África do Sul, as economias dos outros 13 países da região podem ser consideradas em desenvolvimento. [...] a África do Sul é a maior economia da região – três vezes maior que todo o resto da SADC”. (Murapa, 2002, p.162-163). A desigualdade econômica dos Estados, em particular na área de infraestrutura, tem sido um desafio para a integração econômica da SADC, pois impede o crescimento do comércio intra-regional.

“O comércio exterior desempenha um papel importante nas economias dos Estados Membros da SADC”. (SADC, 2003, p.13). Além disso, “o comércio é um componente relativamente mais importante do PIB em países pequenos como o Lesoto e a Suazilândia do que em grandes países como a África do Sul”. (SADC, 2003, p.13). Na tabela abaixo encontra-se representado o Produto Interno Bruto, População total e Índice de Desenvolvimento Humano dos países da SADC.

**Tabela 5 - PIB, População total e IDH dos Países-membros da SADC**

Países membros	PIB (US\$ Bilhões)	Pop. total	IDH
	2021	2021	2021
África do Sul	<b>419</b>	59.392.255	0,713
Angola	67,4	34.503.774	0,586
Botsuana	17,61	2.588.423	0,693
Comores	1,29	821.626	0,558
Eswatini	4,74	1.192.271	0,597
Lesoto	2,49	2.281.455	0,514
Madagáscar	14,47	28.915.653	0,501
Malawi	12,62	19.889.742	0,512
Maurício	11,52	1.298.915	<b>0,802</b>
Moçambique	15,77	32.077.072	0,446
Namíbia	12,31	2.530.151	0,615
RDC	55,35	<b>95.894.118</b>	0,479

Seicheles	1,45	106.471	0,785
Tanzânia	67,84	63.588.334	0,549
Zâmbia	22,14	19.473.125	0,565
Zimbábue	28,37	15.993.524	0,593

Descrição: Produto Interno Bruto (PIB); População total (Pop.total); Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Fonte: adaptado do Banco Mundial e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas<sup>16</sup>.

Com base na tabela 5, a nível de desenvolvimento econômico, a África do Sul é o país com o maior PIB na SADC, o cenário econômico regional da África austral continua sendo dominado pela hegemonia econômica sul-africana, na qual é o país mais industrializado da SADC. Na tabela também é possível verificar que a RDC é o maior país em termos de população, entretanto em termos de IDH a Ilhas Maurícias tem o maior índice no contexto da SADC, classificado na categoria de desenvolvimento humano muito elevado, enquanto RDC e Moçambique estão na categoria de desenvolvimento humano baixo, pois o IDH desses países estão abaixo de 0,500.

Na tabela também podemos visualizar que a economia angolana é classificada como a terceira maior da SADC depois da África do Sul e da Tanzânia, porém Angola juntamente com a África do Sul dominam o comércio global fora da SADC. Segundo Ambrósio (2014), escreve que:

[...] Angola no contexto mundial, nota-se que é uma das economias do mundo que mais vem crescendo nas últimas décadas, influenciado pelo forte desempenho do setor mineiro: o petróleo vem contribuindo com quase 50% no crescimento do Produto Interno Bruto. Mas relembremos que o peso deste setor já foi mais que isso, ou seja, alcançando assim mais de 70% de seu peso na contribuição das contas nacionais em anos anteriores. (Ambrósio, 2014, p.44)

Consoante mostra Ambrósio (2014), Angola já esteve entre uma das economias do mundo que mais cresceu e a maioria desse crescimento econômico é proveniente do setor mineral, principalmente do "petróleo", que é o principal produto de exportação e a sua fonte de dependência. Entretanto, a economia angolana desde “[...] 2015, o petróleo era responsável por

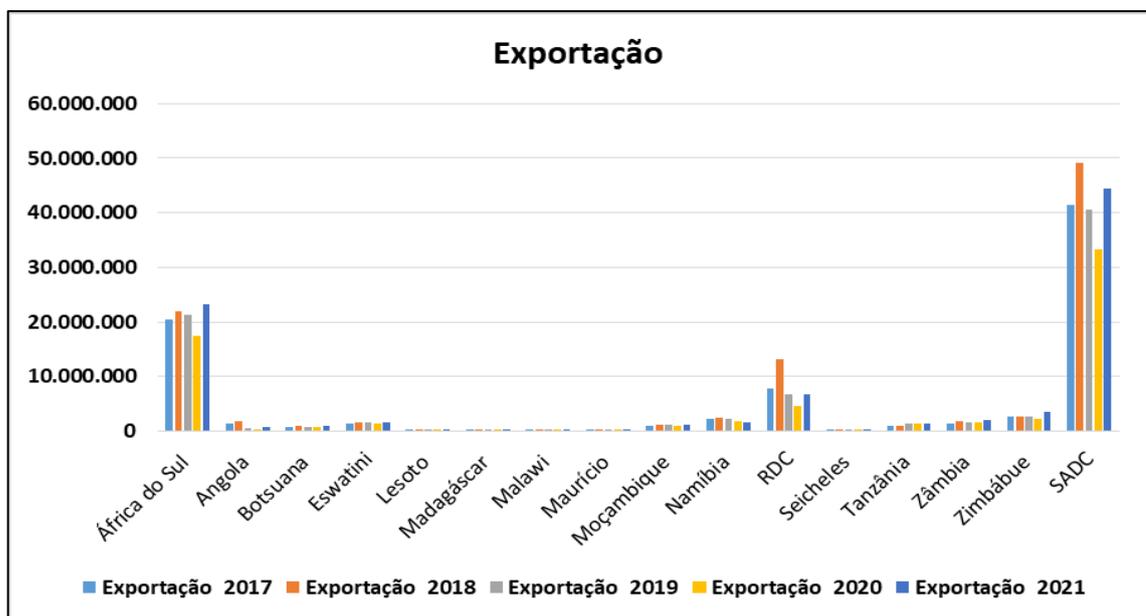
<sup>16</sup> BM dados do PIB disponível em:

<<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.CD&country=ZAF>>. PNUD dados de população e IDH disponível em: <<https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/ZAF>>.

95 por cento das exportações, acentuando a dependência do capital natural. A dependência criou uma vulnerabilidade aos choques do preço do petróleo, deixando Angola em crise em 2008 e em 2014”. (Banco Mundial, 2018, p.58). Ou seja, durante anos a economia angolana tem caído devido à queda dos preços do petróleo a nível internacional. Vale salientar que, grande parte do “desempenho das exportações angolanas é determinado pelos níveis das cotações internacionais de petróleo”. (Brasil, s/d). O setor petrolífero é responsável pela maior parte do PIB e da exportação de Angola, atualmente, a participação do petróleo na exportação mundial angolana em 2021 foi de 94%. (ITC, 2022). Essa participação do petróleo nas exportações já foi maior, o produto era responsável por cerca de até 98% das exportações do país.

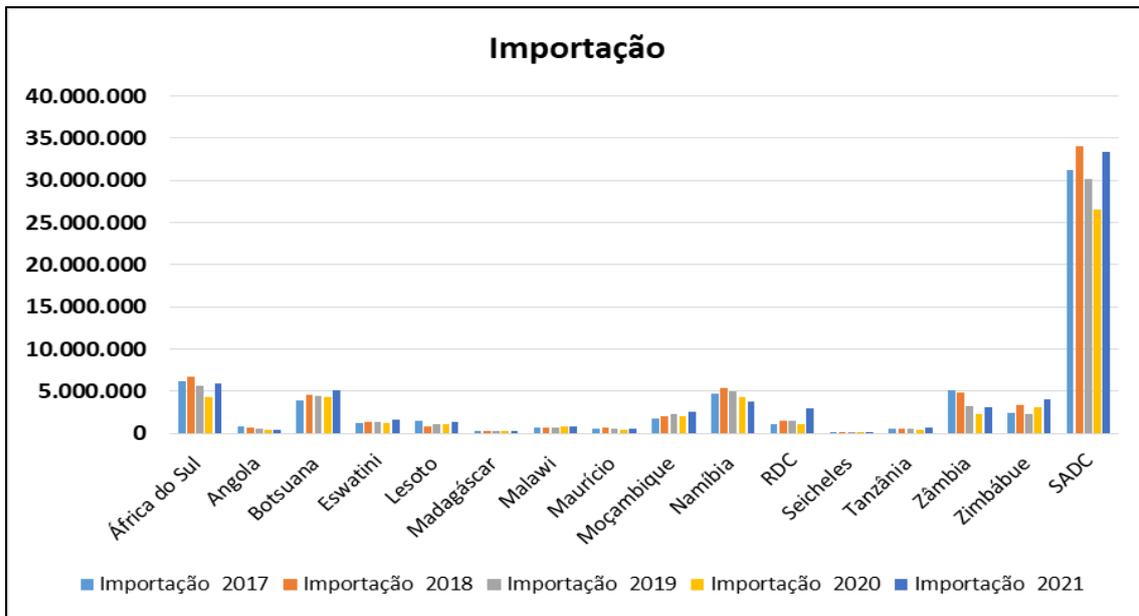
“O comércio de exportação para Angola, Botswana, Democrática República do Congo (RDC), Namíbia, África do Sul e Zâmbia é dominada pelas exportações de petróleo ou minerais”. SADC (2003, p.13). Angola encontra-se como um dos maiores exportadores de commodities de petróleo na SADC. Nos gráficos abaixo ilustra o segmento do comércio intra-regional na SADC entre os Estados-membros no período de 2017 a 2021.

**Gráfico 4 - Exportação na SADC**



Fonte: adaptado do ITC.

Gráfico 5 - Importação na SADC



Fonte: adaptado do ITC.

Nos gráficos 4 e 5, é possível observar que o comércio intra-regional entre os Estados da SADC ainda é muito fraco. Isso mostra que os Estados têm pouca interação comercial. Analisando ainda o gráfico podemos ver que a África do Sul é o país que domina as relações comerciais na SADC, em seguida temos outros países que têm um grande volume de importação e exportação dentro da SADC como: a Namíbia, RDC, Zâmbia, Zimbábue e Botsuana. Embora a SADC tenha criado mecanismos de integração econômica (ver tabela 5) para facilitação do comércio intra-regional, o comércio entre os Estados-membros ainda é pequeno, não só por falta de infraestrutura que são escassas, mas também pelo fato de nem todos os estados terem aderido aos acordos comerciais.

### 3 CAPÍTULO 2 – MARCO TEÓRICO

Neste capítulo, discutem-se as teorias funcionalista e neofuncionalista que examinam e explicam os diversos fenômenos políticos, econômicos e sociais da integração. Recorrerei às principais discussões travadas dentro da disciplina de Relações Internacionais, reconstruindo os desenvolvimentos teóricos que informam os estudos sobre integração. Assim tendo em vista o objetivo geral desta pesquisa de analisar a participação de Angola na SADC, pretende-se definir o conceito de integração regional, mostrando algumas formas adotadas pelos Estados-nação para atingir a integração plena, bem como evidenciarei alguns modelos de integração regional existentes pelo mundo. Por fim, para compreensão do problema em estudo, analisarei a integração regional em África e seus processos de integração econômica regional.

#### 3.1 TEORIAS DA INTEGRAÇÃO

O conceito “Integração” é tão abrangente que existem diversas definições. Deste modo, os autores Dougherty e Pfaltzgraff (2001), afirmam que o funcionalismo oferece uma estrutura fundamental para a concepção da teoria de integração e cooperação. O autor desta teoria, David Mitrany (1888-1975), nascido em Roma, mentor do funcionalismo e escritor da obra *A Working Peace System* de 1943, teve um grande papel no desenvolvimento da teoria da integração. O mesmo fundamentava que os problemas econômicos e sociais, bem como o fator guerra que assolava os Estados Europeus durante o século XX, demandariam soluções coletivas, nomeadamente por meio da cooperação técnica entre Estados além das fronteiras nacionais e não em área política de forma unitária internamente. Problemas esse que não poderiam ser tratados por políticos, mas por especialistas em áreas técnicas que poderiam separar os assuntos econômicos e sociais dos assuntos políticos e segurança, relacionados à alta política. Em outras palavras, os “hábitos de cooperação seriam constituídos em áreas mais técnicas, nas esferas econômica e social, nas quais o interesse comum pode emergir mais facilmente”. (Herz; Hoffman, 2004, p.51).

Sendo assim, é evidente que na perspectiva funcionalista a ênfase do processo de integração é dada às questões econômicas e sociais, pois Mitrany acreditava que adotando a cooperação no setor técnico os problemas comuns que afligiam os Estados da Europa poderiam ser resolvidos. Então Mitrany, segundo Dougherty e Pfaltzgraff (2001):

Ao enfatizar a cooperação para encontrar soluções de acordo com uma necessidade ou função específica, seria criada a base para uma rede cada vez mais expressa de cooperação que leva à formação e ao fortalecimento de regimes e instituições internacionais. Quanto mais bem-sucedida for a cooperação em um ambiente funcional, maior será o incentivo para a colaboração em outros campos<sup>17</sup>. (Dougherty; Pfaltzgraff, 2001, p. 512, tradução nossa).

Nesse sentido, este é o meio pelo qual são resolvidos os problemas, isto é, a cooperação. No entanto, ela só seria possível dentro de um ambiente não nacional, surgindo assim os processos de integração, como a Comunidade Económica Europeia (CEE) atual União Europeia (UE)<sup>18</sup>, que funciona como uma organização funcional supranacional, tratados por outros autores como comunidade política ou unidade política onde os Estados podem definir seus interesses coletivos e apoiar uns aos outros. Mitrany ainda acrescenta dizendo que o progresso dessa cooperação funcional poderia estimular a integração entre os Estados, alargando para outros setores técnicos e até mesmo não técnicos, como a área de alta política. Essa ideia é chamada pelo autor por doutrina de “*Ramification*”. Assim sendo, Dougherty e Pfaltzgraff (2001), acrescentam que:

As teorias de cooperação e integração internacional pretendem explicar o comportamento em um ambiente descentralizado no qual os Estados enfrentam problemas para os quais são necessárias soluções além do Estado. Isso inclui setores funcionais específicos, como uma política comercial em que se acredita que existe a necessidade de um comportamento cooperativo. Diz-se que tais funções transcendem a capacidade do Estado-nação de alcançar soluções satisfatórias por meios unilaterais. Assim, os estados têm interesse em relacionamentos cooperativos, levando a soluções mutuamente aceitáveis para problemas comuns. Além da política comercial, a pauta de temas que demandam ação cooperativa inclui, por exemplo, meio ambiente, telecomunicações, migração, saúde, investimentos, política monetária e segurança aérea. Em contraste com as questões de segurança política e militar, ou o que é chamado de alta política, [...] essa outra agenda de questões é considerada uma baixa política. Em vez de focar na natureza do conflito em uma sociedade anárquica, a ênfase é colocada nas circunstâncias em que os estados se envolvem em cooperação em questões funcionais específicas nas quais eles têm interesses comuns que não podem ser tratados como estado-nação agindo sozinho para que todos possam se beneficiar<sup>19</sup>. (Dougherty; Pfaltzgraff, 2001, p.511, tradução nossa).

<sup>17</sup> “By emphasizing cooperation to find solutions according to a specific need or function, the basis would be created for a thickening web of cooperation leading to the formation and strengthening of international regimes and institutions. The more successful cooperation was in one functional setting, the greater would be the incentive for collaboration in other fields”. (Dougherty; Pfaltzgraff, 2001, p. 512).

<sup>18</sup> União Europeia (UE): é um bloco de integração regional que surge após a Segunda Guerra Mundial, no momento em que os países europeus devastados pelas guerras (1º e 2º Guerra Mundial) uniram-se na busca de solucionar os problemas políticos e econômicos. Essa união levou a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) antes Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Em 1992 com o Tratado de Maastricht essa organização se transformou na União Europeia.

<sup>19</sup> “The theories of international cooperation and integration purport to explain behavior in a decentralized setting in which states face problems for which solutions beyond the state are required. This includes specific functional sectors such as a trade policy in which the need for cooperative behavior is believed to exist. Such functions are said to transcend the capacity of the nation-state to achieve satisfactory solutions by unilateral means. Accordingly, states have an interest in cooperative relationships-leading, to mutually acceptable solutions to commons problems. In addition to trade policy, the agenda of issues calling for cooperative action includes, for

Desse modo, mostra-se que os Estados por serem interdependentes e viverem em um ambiente anárquico, sozinhos não são autossuficientes para atender de forma isolada certos problemas comuns que os afetam, como questões econômicas no caso do comércio. Para isso, exigem-se soluções que sejam não só fora da esfera nacional do Estado, mas também uma ação coletiva entre os mesmos. Assim, isso levaria os Estados a deixarem os seus interesses individuais de lado para se integrarem em uma organização na qual procurariam manter relações de cooperação a fim de alcançarem os objetivos comuns.

No entanto, além de David Mitrany, existem diversos outros autores da teoria da integração com outras concepções, que criticam o trabalho de Mitrany, estes nomeadamente Karl Wolfgang Deutsch, Amitai Etzioni e Ernest Bernard Haas. Estes autores enfatizam a integração para uma vertente política.

Desta feita, Karl Deutsch, considera a integração como uma situação em que um grupo de Estados procuram solucionar as suas disputas de forma pacífica em vez da guerra. (Dougherty; Pfaltzgraff, 1971). Este autor no seu estudo da integração utiliza as teorias de comunicação e do sistema. O mesmo estava preocupado em compreender a forma de relação entre a comunicação dos Estados integrados dentro da comunidade política e a integração dos mesmos. (Dougherty; Pfaltzgraff, 1971). Ou seja, a preocupação de Deutsch estava na forma de como os países com modelos políticos diferentes se comunicariam dentro de uma comunidade de integração política.

Por sua vez, Amitai Etzioni define a integração como uma comunidade política que tem o controle efetivo da força e poder de decisão que aloca recompensas e recursos, sendo a mesma o centro dominador da identificação política da população. (Dougherty; Pfaltzgraff, 1971). Etzioni desenvolveu a ideia de unificação, ele considera a integração como uma condição e que para atingir a integração política dentro da comunidade é necessária uma unificação política entre os estados, pois essa união reforça os laços de relação entre os membros. (Etzioni, 1965 *apud* Dougherty; Pfaltzgraff, 1971). Etzioni enfatiza que para a integração acontecer deve existir entre os países associados relação de interdependência.

Para teoria do neofuncionalismo, o neofuncionalista Ernst Haas define que a integração é um processo em que diferentes Estados nacionais são persuadidos a redirecionar suas

---

*example, the environment, telecommunications, migration, health, investments, monetary policy and airline safety. In contrast to issues of political and military security, or what is termed high politics, [...] this other agenda of issues is said to constitute low politics. Instead of focusing on the nature of conflict in an anarchic society, emphasis is placed on the circumstances in which states engage in cooperation in specific functional issues in which they have common interests that cannot be addressed by the nation-state acting alone if all are to benefit". (Dougherty; Pfaltzgraff, 2001, p.511).*

lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo centro maior, cujas instituições têm ou exigem jurisdição sobre os estados pré-existentes. (HAAS, 2004). Assim, desse processo de integração resulta a comunidade política, para qual os estados prometem lealdade ou fidelidade e buscarão resolver suas demandas todos juntos, entretanto a organização possui forte influência nos Estados.

Esse autor elaborou a teoria de *Spillover*<sup>20</sup> baseada na teoria de *Ramification* de Mitrany. O *spillover* centra na ideia de que “[...] a integração em uma área funcional quase certamente levaria à integração em outras [...]”. (Haas, 2004, n.p). Isto é, o *spillover* refere-se de que o processo de integração criado em um campo funcional pode se generalizar e promover a integração transbordando em novos outros campos setoriais, (para uma maior integração) porque a integração nem sempre se limita em uma só esfera.

De modo geral, o conceito de integração, diante das definições apresentadas, é um processo cooperativo dinâmico, ou seja “[...] a integração é um fenômeno multidimensional, político, social, cultural e econômico. O processo integrativo leva a um senso de identidade e comunidade comuns. A integração surge como resultado do apoio de dentro da unidade que está sendo integrada, como na UE”. (Dougherty; Pfaltzgraff, 2001, p. 511). Ou seja, a integração pode ser considerada como resultado de uma comunidade. Nota-se que o conceito não deve somente envolver questões econômicas e sociais como defende o funcionalismo, o mesmo também inclui assuntos políticos como mostra o neofuncionalismo. Portanto, o processo de integração adotado pelos estados dependerá do viés da integração, visando as necessidades dos Estados-membros inseridos, variando de necessidades políticas, econômicas, sociais e afins.

Além disso, segundo Dougherty e Pfaltzgraff (2001, p. 510), “[...] os teóricos da integração têm enfatizado o processo integrativo a nível internacional como principalmente consensual, ou comunitário, baseado principalmente no desenvolvimento de normas, valores, interesses ou objetivos compartilhados”. Neste sentido, a integração acontece quando diferentes Estados se juntam em virtudes de diversos elementos comuns (interesses; identidades; características política, econômica e de valores; contexto social, cultural e histórico e aproximação geográfica, etc.) e criam uma comunidade de integração em que poderão atuar de forma coletiva e interdependentes, no entanto, essa união deve ser mantida através de um tratado, isto é, acordos mútuos entre os Estados envolvidos.

---

<sup>20</sup> *Spillover*: significa transbordar.

### 3.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL

A Integração regional apresenta diversos conceitos divergentes em alguns aspectos, entretanto Choi e Caporaso (2002), apontam que vários teóricos da área da integração regional, como Russett e seus contemporâneos não levaram em consideração o aspecto político dentro da integração regional, destacando que Russett focou em três fatores, cultural, geográfico e econômico, dispensando os fatores político-institucionais.

Com base no que Choi e Caporaso (2002) mostraram, pode-se entender que o conceito de Integração regional compreende limites geográficos, integração política, econômica e sociocultural. Portanto, não se pode somente levar em conta um aspecto, pois procedendo dessa maneira pode não ter êxito. Sendo assim, pode-se definir Integração regional como um processo dinâmico constituído por Estados localizados na mesma região geográfica, firmando acordos de cooperação em diferentes áreas políticas (segurança e defesa), econômicas (comércio e investimento) e socioculturais.

A maioria desses acordos de cooperação são estabelecidos por Estados integrados nas organizações de integração regionais para atender aos desafios regionais. Outrossim, para facilitar as “[...] transações econômicas no comércio, produção de bens, turismo, fluxos de trabalho, etc [...]” (Choi; Caporaso, 2002, p. 133) dos estados da região. Quando uma organização regional começa a ampliar sua integração para uma linha de acordos econômicos, as organizações tendem a seguir determinadas fases que “os economistas identificaram um conjunto de etapas, começando pela área de livre comércio e passando por união aduaneira, mercado comum, união econômica para a integração econômica plena<sup>21</sup>”. (Balassa, 1961 *apud* Choi; Caporaso, 2002, p. 635). Vale ressaltar que nem todos os países seguem essas etapas segundo a ordem apresentada pelos autores supracitados.

---

<sup>21</sup> 1- Área de livre-comércio: é a primeira etapa, refere-se a um acordo comercial que consiste na eliminação ou redução das barreiras comerciais alfandegárias, como tarifas, impostos e taxas de produtos de importação e exportação a fim de facilitar a circulação dos produtos comercializados entre os Estados integrantes na organização e fortalecer o comércio na região.

2- União Aduaneira: é a segunda etapa, um acordo em que os Estados da organização aplicam uma tarifa externa comum (TEC) para aqueles todos os produtos importados dos países não membros do bloco. Este é o caso do Mercosul que adotou a TEC em 1995. Além disso, essa também é um acordo de livre circulação de mercadorias vindas dos Estados-membros da organização. Exemplo disso é a Nafta.

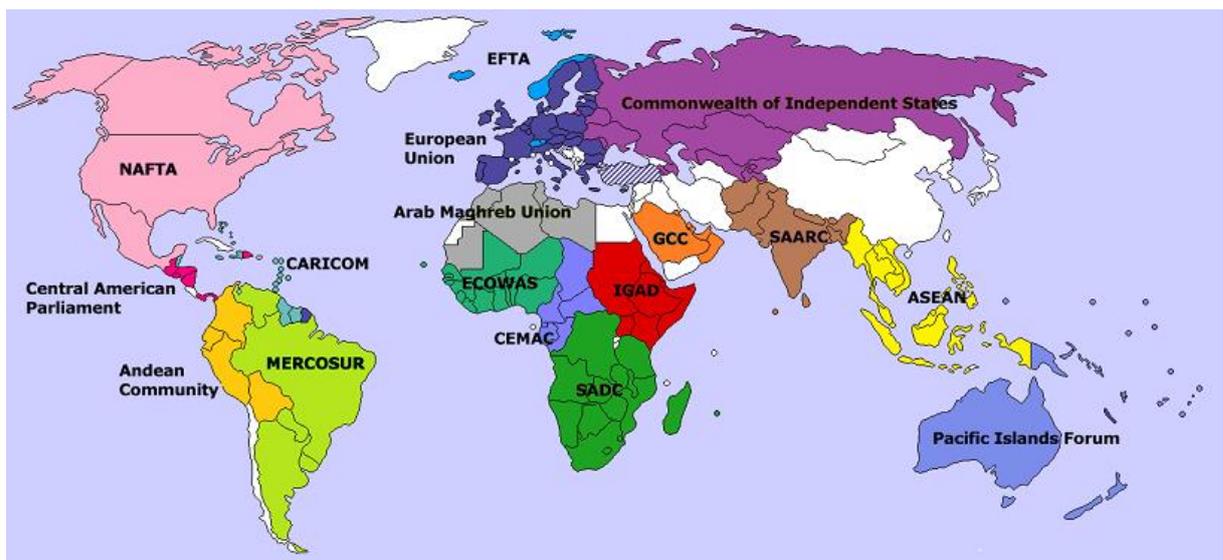
3- Mercado Comum: é a terceira etapa da integração, é um acordo mais amplo que os Estados-membros da organização firmam para estabelecer a livre circulação de pessoas, capitais, bens e serviços sem restrição nenhuma. Aqui os países adotam uma só taxa para o comércio. Exemplo temos o Mercosul.

4 - União Econômica ou monetária: é a quarta etapa, é o nível de integração econômica mais avançado, trata-se de um mercado comum em que os Estados do bloco adotam uma moeda única na região, exemplo paradigmático é a UE que tem o euro como uma moeda comum.

5- Integração econômica total: é a última etapa da integração e refere-se ao nível mais avançado de um modelo de integração econômica.

Os Estados soberanos consideram importante a integração e a cooperação regional, porém isso só acontece quando percebem que têm ganhos conjuntos no acordo. A integração regional tem sido cotada por muitos como a vanguarda para o desenvolvimento e sustentabilidade econômica, bem como a estabilidade política. Destacam-se blocos de integração comuns, como: União Europeia (UE), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), a Comunidade da África Ocidental (EAC), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), a Associação das Nações do Sudoeste Asiático (Asean), e o Fórum de Cooperação Econômica do Pacífico Asiático (Apec). (MURAPA, 2002). Além desses importantes processos demonstrados pelo Murapa (2002) existem outros, pois o regionalismo tem crescido e cada vez mais tem surgido diversos blocos de integração regionais por todo mundo com os seus próprios objetivos e metas.

**Figura 2** - Mapa dos blocos regionais de integração do mundo



Fonte: Google.

Assim como na integração econômica são apontadas diversas etapas para que ela aconteça, isso também ocorre na integração política. Segundo Choi e Caporaso (2002), na integração política podem ser identificados alguns estágios para o fomento da integração, formas essas simples de coordenação e colaboração. Elas consistem na criação de regras para suavizar as relações entre os membros e impulsionar a integração, bem como o estabelecimento de instituições políticas com poderes de tomada de decisão que poderão ser através de um consenso ou por regras de decisões tomadas pela maioria.

Dessa feita, com a integração política-institucional os Estados estabelecem instituições políticas para formular e coordenar as políticas da organização e tomar decisões, tais como: Conselho de Ministros, Comissão, Tribunal de Justiça e parlamento, no qual são essenciais e cada vez tem desempenhado um papel importante na organização. No entanto, vale destacar que cada organização regional tem a sua estrutura político-institucional. Abaixo estão listados alguns exemplos paradigmáticos de modelos de integração com os seus instrumentos institucionais.

**Quadro 3 - União Europeia e Mercosul**

Organizações	União Europeia	Mercosul
<b>Estrutura institucional</b>	Parlamento Europeu	Conselho do Mercado Comum (Constituído por ministros das Relações Exteriores)
	Conselho Europeu (Constituído por chefes de Estado ou de governo dos países da UE)	Grupo do Mercado Comum
	Conselho da UE (Constituído por ministros dos países membros da UE)	Comissão de Comércio do Mercosul
	Comissão Europeia	Comissão Parlamentar Conjunta
	Tribunal de Justiça	Fórum Consultivo Econômico-Social
	Banco Central Europeu e Tribunal de Contas	Secretário Administrativo do Mercosul

Fonte: elaborado pela autora extraída nos tratados dos blocos mencionados na tabela.

### 3.3 INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA

Assim como as outras regiões da parte do mundo, a África não está ausente da dinâmica de integração, embora o continente continue sendo dependente do ocidente em vários aspectos especificamente econômico, os líderes africanos criaram várias iniciativas de integração ambiciosas para o desenvolvimento, embora algumas sem sucesso. Neste subtópico será feita uma análise sobre a integração regional em África, com isso, trazer o que impulsionou os líderes africanos a promover a integração no continental que deu origem aos arranjos regionais e

consequentemente a Comunidade Econômica Africana (AEC), e a inter-relação entre os estados africanos.

O continente africano tem feito grandes esforços para se fortalecer internamente, porém no cenário global ainda se encontra em estado marginalizado. Segundo Hartzenberg (2011, p. 3) “a África continua a se envolver na periferia da economia global, como é evidente a partir da diminuição da participação do continente na produção e no comércio globais”. Isso mostra que devido à pouca participação dos Estados africanos no comércio mundial, os países do continente continuam sendo classificados como os últimos países da escala econômica global. Apesar disso, os Estados africanos desde os ideais do pan-africanismo<sup>22</sup> procuraram diversas formas de criar estratégias para alcançar o desenvolvimento de todo continente e se inserirem com mais protagonismo no cenário internacional.

Os líderes africanos com a ambição de desenvolver e integrar o continente pensaram na industrialização e na substituição da importação, esse foi um aspecto indispensável no período pós-colonial que instigou os chefes de Estados naquela altura da Organização da Unidade Africana (OUA) – atual UA – a criarem o Plano de Ação de Lagos (LPA)<sup>23</sup> em abril de 1980. Uma iniciativa da organização apoiada pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (ECA). Consequentemente, para reforçar essa agenda da integração africana, foi criado o Tratado de Abuja em 1991 pelos Estados da OUA, que estabeleceu a criação da Comunidade Econômica Africana (AEC). Esse tratado enfatiza a solidariedade africana, autossuficiência e uma estratégia de desenvolvimento endógeno por meio da industrialização (Hartzenberg, 2011).

O Plano de Ação de Lagos foi estabelecido como uma forma para resolverem os problemas econômicos, políticos e sociais que o continente passava no período do século XX, sobretudo a dependência econômica dos Estados africanos em relação as potências da Guerra Fria e os países poderosos. Neste sentido, consoante Hartzenberg (2011), a ideia da integração africana e da industrialização para o desenvolvimento continental foi dividir o continente em regiões de integração, no qual constituíram uma economia unida em África através da Comunidade Econômica Africana. Então, para isso a AEC deu apoio a três arranjos de

---

<sup>22</sup> O pan-africanismo foi a ideologia e movimento que encorajou nacionalistas africanos a lutarem contra o colonialismo, imperialismo, racismo e o tribalismo que assolavam o continente. O Pan-africanismo serviu como uma arma para os nacionalistas africanos lutarem contra o colonialismo e outras formas de opressão. (Kah, 2016).

<sup>23</sup> O Plano de Ação de Lagos (LPA), foi um instrumento econômico instituído em 1980 pelos países membros da OUA em uma das suas reuniões onde foi debatida a questão econômica, incluindo a dependência econômica. Esse plano consistia em acabar com a dependência econômica dos países africanos sobre as potências mundiais, relativamente a dependência nas áreas do comércio, agricultura, indústria, ciência e tecnologia, comunicações, meio-ambiente e etc, assim como, promover o desenvolvimento econômico e social do continente e a integração econômica entre os países vizinhos por meio da criação de blocos regionais. (Otavio, 2017; Baggio, 2020).

integração regional já existentes, que são: a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) fundada em 1975; Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA) criada em 1993 antiga Área de Comércio Preferencial (PTA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) em 1983. Posteriormente, foram surgindo novas CERs, tais como: a União do Magrebe Árabe (UMA) em 1989; Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1992 e a Comunidade da África Oriental (EAC) em 1999.

Para promoção da integração regional em África, os Estados africanos decidiram estabelecer medidas para a integração, sendo a implementação do comércio intra-regional como uma das partes mais importantes da integração regional. A integração levou ao estabelecimento da União Africana e a criação de várias Comunidades Económicas Regionais (CERs) que buscam a integração regional por meio de políticas comerciais, como: área de livre comércio, união aduaneira e mercado comum. Entretanto, para promover o comércio intra-africano é preciso que os Estados africanos renovem o compromisso político a fim de impulsionar o comércio intra-africano e depois estabelecer uma área de livre comércio continental. Em África hoje existem 17 blocos de integração regional de viés econômico ou simplesmente CERs, portanto, dentro desses blocos, apenas oito são reconhecidos pela UA como blocos de construção da futura Comunidade Económica Africana (AEC). (Mugerwa; Anyanwu; Conceição, 2014).

Assim, considerando com o que se apresentou acima, segundo a UA (2021), são oito (8) CERs reconhecidas oficialmente pela UA, e são as seguintes:

**Quadro 4 - Comunidades Económicas Regionais**

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS	ANO	PAÍSES-MEMBROS
<b>União do Magrebe Árabe (UMA)</b>	1989	Argélia; Líbia; Mauritânia; Marrocos e Tunísia.
<b>Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)</b>	1993	Burundi; Comores; RD Congo; Djibouti; Egito; Eritreia; Etiópia; Quênia; Líbia; Madagascar; Malawi; Maurício; Ruanda; Seychelles; Sudão; Eswatini (antiga Suazilândia); Uganda; Zâmbia e Zimbábue.
<b>Comunidade dos Estados do Sahel-Saharan (CEN-SAD)</b>	1998	Benin; Burkina; Faso; Cabo Verde; República; Centro-Africana; Chade; Comoros; Côte d'Ivoire; Djibouti; Egito; Eritreia; Gâmbia; Gana; Guiné; Guiné Bissau; Quênia; Libéria; Líbia; Mali; Mauritânia; Marrocos; Níger; Nigéria; São Tomé e Príncipe; Senegal; Serra Leoa; Somália; Sudão; Togo e Tunísia.
<b>Comunidade da África Oriental (EAC)</b>	1999	Burundi; Quênia; Ruanda; Uganda e Tanzânia.
<b>Comunidade Económica do Centro Estados Africanos (CEEAC)</b>	1983	Angola; Burundi; Camarões; República Centro-Africana; Chade; Congo; RDC; Guiné Equatorial; Gabão e São Tomé e Príncipe.
<b>Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)</b>	1975	Benin; Burkina Faso; Cabo Verde; Costa do Marfim; Gâmbia; Gana; Guiné; Guiné Bissau; Libéria; Mali; Níger; Nigéria; Senegal, Serra Leoa e Togo.
<b>Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)</b>	1996	Djibouti; Eritreia; Etiópia; Quênia; Somália; Sudão do Sul; Sudão e Uganda.
<b>Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)</b>	1992	Angola; Botswana; RDC; Lesoto Madagascar; Malawi; Maurício; Moçambique; Namíbia; Seychelles; África do Sul; Suazilândia; Tanzânia; Zâmbia e Zimbábue.

Fonte: elaborado pela autora a partir do site da UA nas organizações regionais africanas.

Todas essas organizações regionais de modelos econômicos têm procurado implementar mecanismos de integração regional, como zona de livre comércio, união aduaneira e mercado comum a partir de acordos comerciais, entretanto, o comércio intra-regional ainda tem enfrentado muitos desafios, pois, “[...] muitos países africanos carecem de capacidade industrial para produtos manufaturados diversificados e enfrentam infraestrutura inadequada para apoiar o comércio” (Economic Commission For Africa, 2010 *apud* Hartzenberg, 2011, p.9). Neste

sentido, a falta de indústria tem levado os Estados africanos a importação de produtos no exterior e cada vez mais isso faz aumentar a dependência econômica, além de enfraquecer a integração no continente e o comércio-intra. Além disso, Hartzenberg (2011), mostra ainda que:

Mais de 80 por cento das exportações da África ainda se destinam a mercados externos, com a União Europeia (UE) e os Estados Unidos sendo responsáveis por mais de 50 por cento deste total. A Ásia, e a China em particular, também são importantes mercados de exportação para países africanos e CER. Ao mesmo tempo, a África importa mais de 90 por cento de seus produtos de fora do continente, apesar das dotações de recursos que fornecem o potencial para fornecer sua própria importação precisa<sup>24</sup>. (Hartzenberg, 2011, p.10, tradução nossa).

O continente africano é rico em commodities, porém há pouca exportação e importação entre os Estados africanos. Justifica-se pelo fato de muitos países não possuírem indústrias para manufaturar os produtos brutos, então esses acabam sendo comercializados a um preço muito baixo e os maiores compradores estão os países de fora do continente como EUA, países da UE e da Ásia, especificamente a China e a Índia.

O progresso da integração no continente ainda é lento. Apesar disso, de acordo com Hartzenberg (2011), os Estados africanos foram contribuintes para o aumento dos acordos comerciais de integração regional em África, uma característica dos últimos tempos de governança da economia global. Os mesmos criaram diversas ambiciosas iniciativas de integração no qual muitas delas não se implementaram com efetividade, ainda assim embarcaram em planos de integração ambicioso no continente, como o acordo Tripartite (TFTA)<sup>25</sup>, uma iniciativa de integração comercial entre a SADC, EAC e a COMESA.

Concernente a questão política. Na agenda de integração regional africana o compromisso político é dividido entre grupos de atores políticos. Apesar dos governos africanos terem apoiado a integração regional e alguns deles comprometendo-se com agendas incompatíveis de diversas RIAs, no entanto, tem se levantado questionamentos sobre a experiência de integração regional em África, se realmente tem um compromisso sólido com a governança baseada em regras, mais especificamente se as RIAs são vistas como regras básicas dispensáveis pelos seus Estados-membros. (Hartzenberg, 2011).

---

<sup>24</sup> *More than 80 percent of Africa's exports are still destined for outside markets, with the European Union (EU) and the United States accounting for more than 50 percent of this total. Asia, and China in particular, are also important export markets for African countries and RECs. At the same time, Africa imports more than 90 percent of her goods from outside the continent, despite resource endowments which provide the potential to supply her own import needs.*(Hartzenberg, 2011, p.10).

<sup>25</sup> *Tripartite Free Trade Area (TFTA)* em português Área Tripartita de Livre Comércio.

Uma organização de integração regional deve emergir o aspecto político-institucional, na integração em África isso não é diferente. Por exemplo, no caso da SADC a organização regional em questão. A estrutura institucional da SADC encontra-se no artigo 9º do seu tratado modificado em 2001, onde estão estabelecidos vários mecanismos institucionais, que são: Cimeira de Chefes de Estado e de Governo; Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança; Conselho de Ministros; Comitês de Ministros; Comité Permanente de Funcionários; Secretariado; Tribunal e Comitês Nacionais da SADC. (SADC, 2015). Relativamente a Cimeira da SADC, os Estados se reúnem e buscam soluções para resolver os problemas regionais.

A SADC sucessora da Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC) criada em 1980 pelos ELF, tinha como objetivo a redução da dependência econômica dos Estados da África austral relativamente a África do Sul onde vigorava o regime do apartheid. Após a transformação para SADC em 1992 a África do Sul aderiu ao bloco em 1994. No período da SADCC, a organização não foi criada como acordo de integração de mercado, mas sim, um acordo de desenvolvimento dos membros, para isso, os Estados criaram projetos em diferentes setores específicos de forma a cooperarem uns com os outros. Somente com a SADC passou a adotar uma agenda de integração de mercado, e atualmente é um exemplo paradigmático de modelo linear de integração em África. Entretanto, o tratado da SADC e o protocolo de comércio apesar de não articular um plano detalhado para integração, foi criado o Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP) de 2003 que veio realçar a integração da SADC que estabelece uma área comercial em 2008, união aduaneira em 2010, mercado comum em 2015, união monetária em 2016 e inserir uma moeda única em 2018. (Hartzenberg, 2011).

De uma forma geral, a integração pode ser entendida como uma estratégia em que os Estados vêm para encontrar soluções conjuntas em agrupamento dos problemas que os afetam, isso desde o começo da integração europeia. Entretanto, as teorias de integração regional das relações internacionais como funcionalismo e neofuncionalismo foram criadas a partir do contexto europeu. Essas por sua vez não são suficientes para analisar e explicar o contexto dos processos de integração do sul global, como os do continente africanos, pois são teorias eurocêntricas e os seus modelos não se encaixam nas realidades desses países. Embora isso, com base nas teorias de integração é possível fazer uma análise e obter como resultado que os processos de integração regional em África são classificados como comunidades. A maioria das RECs foram criadas na primeira instância para seguir um modelo de integração funcionalista, baseada na integração técnica, sobretudo econômica, este por exemplo é o caso da CEDEAO, entretanto, ao decorrer dos anos tem surgido demandas para os estados dessa organização que

tem levado eles a adotar o modelo neofuncionalista para uma integração política. No caso da nossa organização em análise, a SADC desde o princípio adotou um modelo de integração neofuncionalista, isto levando em conta a gênese do bloco, ou seja, desde a criação da ELF, no qual o objetivo político era o principal. Pese embora, a organização havia sido instituída na época a partir de um documento informal e não por um tratado, com a mudança para SADC a integração transbordou para outros campos funcionais, ou seja, aplicação prática do spillover, alargando para área econômica para a integração de mercado, a fim de promover o crescimento e o desenvolvimento econômico da região sem dispensar os objetivos iniciais do bloco.

## 4 CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA E RESULTADOS

A metodologia é uma das partes complementares de qualquer trabalho científico. “A metodologia deve apresentar como se pretende realizar a investigação”. (Oliveira, 2011, p.16). Isto é, orientando passo a passo o pesquisador no percurso da pesquisa para chegar a um determinado resultado do problema. Este trabalho procura saber, em que medida Angola utiliza do espaço da SADC para fortalecer seu comércio com países-chave na região?. Diante disso, a pesquisa segue diversos procedimentos metodológicos. Quanto à natureza da pesquisa refere-se na pesquisa qualitativa e quantitativa; em relação aos dados, coletou-se dois tipos de dados, os protocolos da SADC e os fluxos comerciais; no que tange ao tratamento dos dados, referem-se às técnicas de análise de conteúdo e a estatística descritiva.

### 4.1 DADOS

Como já mencionado acima, para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados dois tipos de dados. Os primeiros dados são os protocolos da SADC, a coleta dos protocolos foi realizada através de uma pesquisa no site oficial da SADC, onde foram encontrados exclusivamente 28 protocolos em diferentes áreas de cooperação. Após o levantamento, foram categorizados os protocolos por grandes áreas temáticas de integração, tais como: econômica; política e segurança; social e humano; infraestrutura; agricultura, pecuária e recursos naturais. Depois dessa etapa foram selecionados alguns protocolos para análise, que são: os protocolos do comércio; protocolo de transporte, comunicações e meteorologia; por fim, o protocolo política, defesa e segurança.

Os segundos dados referem-se aos fluxos comerciais, são dados quantitativos do comércio regional de Angola na SADC. Os dados foram coletados a partir do site International Trade Center (ITC), esses dados compreendem o período de 2017 a 2021, são dados comerciais, nomeadamente de importação e exportação, balança comercial, principais parceiros e produtos comerciais.

Após a coleta dos dados, para analisar os dados obtidos, conforme mostra Oliveira (2011), existem inúmeras técnicas de análise de dados que podem ser aplicadas de forma eficaz tanto na pesquisa de natureza qualitativa quanto na quantitativa. Nesse caso, sendo a nossa pesquisa qualitativa e quantitativa, adotamos a técnica de análise de conteúdo para analisar os dados qualitativos, que são os protocolos, por outro lado, a técnica de estatística descritiva para os dados quantitativos de fluxos comerciais.

Além desses dados, também se coletou dados bibliográficos e documentais, como: livros, artigos, teses, dissertações, monografias, relatórios, documentos e pesquisas para obter informações relacionados à temática para o desenvolvimento do trabalho.

#### 4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A Análise de conteúdo, segundo a visão de Laurence Bardin, é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que usa procedimentos sistemáticos e objetivos de descrever o conteúdo das mensagens para obter, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relacionada às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977). Ainda, a técnica de análise de conteúdo, consoante Oliveira (2011, p.46), “[...]tem por objetivo enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraíndo conteúdos por trás da mensagem analisada”.

A análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) se organiza em três fases: 1) A pré-análise, é a fase da organização do material e tem por objetivo tornar operacional e sistematizar as ideias iniciais. Nesta fase é feita a escolha dos documentos a serem analisados. 2) A exploração do material, é a fase da análise profunda do material, que consiste em codificar o material e definir as categorias de análise. 3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, é a fase da criação de quadros de resultados para interpretação dos dados obtidos, utilizando operações estatísticas para colocar em destaque as informações fornecidas para análise. Posteriormente, fazer inferência com base nas informações analisadas e contrastar com os objetivos traçados.

Desta feita, para analisar os dados qualitativos da pesquisa, a análise de conteúdo será baseada neste esquema de Bardin. Na primeira etapa, fez-se a organização e seleção do material, como documento foram selecionados três protocolos da SADC para serem analisados (Protocolo sobre comércio, Protocolo sobre transporte, comunicação e meteorologia, Protocolo sobre política, defesa e segurança), o mesmo protocolo contém informações sobre acordos de cooperação entre os Estados. Na segunda etapa, foi feita a codificação e definidas das categorias de análises, que são: integração comercial, política e em infraestrutura, tais categorias foram criadas de forma dedutiva; enquanto as subcategorias foram criadas de forma indutivas a partir das ocorrências das palavras que estão relacionadas às categorias, tais subcategorias estão no quadro dos resultados. Por último, após análise estabeleceram-se quadros onde fez-se a interpretação dos resultados achados nos materiais.

### 4.3 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística descritiva é uma técnica de análise de dados construída por variados métodos ou técnicas para organizar, descrever, resumir e analisar uma quantidade de dados através do uso de gráficos, tabelas, resumos numéricos (medidas descritivas), descrições matemáticas entre outras formas para visualizar dados. (Martins, 2012; Costa, 2011). Ainda segundo Marconi & Lakatos (1996 *apud* Oliveira, 2011):

o objetivo da estatística descritiva é o de representar, de forma concisa, sintética e compreensível, a informação contida num conjunto de dados. Esta tarefa, que adquire grande importância quando o volume de dados for grande, concretiza-se na elaboração de tabelas e de gráficos, e no cálculo de medidas ou indicadores que representam convenientemente a informação contida nos dados. (Marconi; Lakatos, 1996 *apud* Oliveira, 2011).

Neste sentido, foi feita a escolha da estatística descritiva com intuito de representar os dados quantitativos de fluxos comerciais de Angola na SADC por meio de gráficos e tabelas descritivas, facilitando assim a análise do fenômeno a ser observado e identificar outros aspectos que trarão subsídio a pesquisa e consequentemente responder o problema em questão. Com o uso desta técnica conseguiremos observar o fluxo de exportação e importação de Angola na SADC, identificar os principais parceiros comerciais de Angola na SADC e principais produtos da pauta comercial. Esses dados permitirão observar tendências gerais do comércio de Angola na SADC.

### 4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão descritos os resultados da pesquisa dos dados coletados que tiveram por finalidade analisar como Angola instrumentaliza sua participação na SADC para atingir mercados de interesse dentro da região, nomeadamente daqueles com os quais já possui maior interação. Para isso, adotou-se a análise de conteúdo dos documentos da SADC que foram os protocolos, bem como a estatística descritiva dos fluxos comerciais de Angola na SADC.

#### 4.4.1 Protocolos vs Os fluxos comerciais

Inicialmente começamos a apresentação dos resultados dos protocolos após a codificação dos dados de forma manual. A tabela abaixo apresenta os dados quantitativos, foi feita a frequência geral de cada uma das palavras das subcategorias nos protocolos selecionados para assim encontrar as ocorrências das categorias. Esse quadro foi elaborado com os dados dos protocolos da SADC, disponíveis no site oficial da mesma organização.

**Tabela 6** - Categorias e Subcategorias: frequência geral das palavras nos protocolos analisados.

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>		<i>Protocolo</i>		
			<i>Comércio</i>	<i>Transporte</i>	<i>Política</i>
<i>Comercial</i>	Comércio		103	11	0
	Barreiras não-tarifárias		12	0	0
		Procedimentos aduaneiros	9	0	0
		Restrições quantitativas	7	0	0
	Mercadorias		92	21	0
	Taxas de exportação		4	0	0
	Taxas de importação		5	0	0
	Livre circulação		2	5	0
<i>Infraestrutura</i>	Transporte		97	115	0
		Rodoviário	2	31	0
		Aéreo	3	5	0
		Marítimo	1	7	0
		Ferrovário	1	1	0
	Industrial		6	0	0
	Rodoviárias		0	18	0
	Ferroviárias		0	6	0
	Portos		1	13	0
<i>Política</i>	Segurança		6	33	38
	Paz		1	1	10
	Defesa		0	0	22
	Democracia		0	0	1

Fonte: elaborada pela autora.

Com base nos protocolos da SADC selecionados e analisados criou-se três categorias: integração comercial, integração política e a integração em infraestrutura. Porém, o maior destaque será a integração comercial que é o foco principal da pesquisa, entretanto vale destacar que a integração também engloba as questões políticas e infraestrutura.

**Tabela 7** - Ocorrências das categorias

<i>Protocolo</i>	<i>Categorias</i>		
	Comercial	Infraestrutura	Política
<b>Comércio</b>	234	111	7
<b>Transporte</b>	37	196	34
<b>Política</b>	0	0	71

Fonte: elaborada pela autora.

Para compreensão da análise dos protocolos, o quadro acima apresenta as ocorrências de cada categoria, ou seja, a soma das subcategorias. O primeiro documento, é o **Protocolo de comércio**, é um acordo para facilitar as trocas comerciais na SADC. Os dados analisados no documento mostram a categoria integração comercial com 234 ocorrências. A principal atenção do documento está voltada a esta categoria, pois é um protocolo que se refere as questões comerciais. Em seguida, está a categoria integração em infraestrutura com 111 ocorrências. Por último a integração política com 7 ocorrências, como os números mostram é a categoria com menos ocorrências neste protocolo. Embora ela tenha 7 ocorrências no documento, porém, temos algumas das suas subcategorias como a palavra segurança, entretanto, nem todo momento que a palavra aparece no documento é referente a segurança política.

O segundo documento, é o **Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia**, os dados analisados no documento mostram a categoria integração comercial com 37 ocorrências. A categoria integração em infraestrutura apresenta a maior ocorrência com 196. Já a categoria integração política com 34. Embora ela tenha esse número de ocorrências no documento, a sua subcategoria como a palavra segurança, nenhuma dela presente no documento é referente a segurança política. Neste documento a categoria infraestrutura foi a que apresentou maior ocorrência.

O último documento, é o **Protocolo de Política, Defesa e Segurança**, é um protocolo voltado à área política, que tem como propósito promover a paz e a segurança na região (SADC, 2001). Neste documento a categoria integração política apresenta 71 ocorrências, enquanto as categorias integração comercial e em infraestrutura não apresentaram nenhuma ocorrência no documento.

A pesquisa usou três fontes de documentos diferentes, cada uma considerada categoria de análise. Nos dados achados, percebe-se que a categoria integração comercial (o foco da pesquisa) apresenta menor ocorrência no segundo protocolo (transporte), pelo fato desta categoria (integração comercial) não estar voltada a este documento. Entretanto, ela tem sua relevância neste documento, pois as criações de infraestruturas de transporte estão sendo pensadas para facilitar o comércio e a livre circulação de mercadorias. Já no terceiro protocolo a categoria comercial não está presente, com isso podemos entender que ela não é relevante para este documento, pois são áreas completamente distintas. Ao passo que no primeiro documento, a categoria comercial apresenta maior ocorrência e a ênfase do documento é dada a ela.

No mesmo documento percebe-se que para promover a integração comercial na SADC os Estados-membros precisam liberalizar o comércio, conforme previsto no protocolo: “art.3- eliminação das barreiras para o comércio intra-SADC” (SADC, 1996, p.4), além das eliminações das barreiras (tarifárias e não tarifárias), os Estados membros da SADC também propõem no art.13 do protocolo de comércio “cooperação na área aduaneira” (SADC, 1996, p. 8), com objetivo da “simplificação e harmonização da legislação e dos procedimentos aduaneiros” (SADC, 1996, p.35) ; assim como no art.14- “facilitar, simplificar e harmonizar a documentação e procedimentos comerciais”. (SADC, 1996, p.8). Dessa forma, no caso de Angola, segundo a Unctad (2023) escreve que:

Há história para a adesão de Angola e retirar-se dos esforços de integração regional quando os benefícios não estão vindo. Angola era um membro fundador do Mercado Comum para o Oriente e África Austral (COMESA) em 1994, que deixou em 2007 e quando a Área de Comércio Livre da SADC (FTA) entrou em vigor em 2008, Angola optou por ficar de fora. Angola aderiu a Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA); portanto, resta ver como o país utilizará sua localização geográfica e recursos para alavancar oportunidades da região mercado. (UNCTAD, 2023, p.5).

Observa-se que a participação de Angola a nível regional, como mostra a citação, Angola retirou-se em 2007 do processo de integração regional COMESA. Em 2008 optou em não participar da área de livre comércio da SADC, estabelecida no protocolo comercial. Todavia, o país aderiu ao acordo de Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA). O protocolo comercial da SADC foi criado em 1996. O protocolo foi assinado pelos seguintes Estados-membros: Angola, Botsuana, Lesotho, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. (SADC, 1996). Ressaltar que “Angola assinou quase todos os Protocolos da SADC [...], mas não os ratificou todos” (Ambrósio, 2014) entre esses está o protocolo comercial. Além do mais, segundo a Unctad

(2023), a estrutura comercial de Angola de forma genérica é considerada extra-regional, tanto na exportação, quanto na importação, pois a sua economia está focada em commodities e a maioria dos seus parceiros são os países de fora da região, o que reduz de forma significativa o seu envolvimento comercial na região. Além disso, o país renunciou a ZCL da SADC, com isso faz o mesmo estar excluído do comércio livre de imposto recíproco no comércio intra-SADC, entretanto, o país mantém o controle das tarifas aduaneiras das suas fronteiras que lhe permite proteger alguns setores.

Em termos de fluxos comerciais, a participação de Angola na SADC como apresenta-se na seção 1.3 acima, no gráfico 6 é possível visualizar o comércio intra-regional de Angola na SADC durante o período de 2017-2021. No gráfico de modo geral analisa-se que o maior fluxo de exportação de Angola para a SADC foi registado em 2018 com US\$ 1.698.524 do valor total, constituído principalmente por produtos petrolíferos. Quanto à importação, os dados mostram que em 2017 registou-se o maior valor da importação com US\$ 868.350, os principais produtos importados foram máquinas, equipamentos, plásticos, produtos (de moagem, malte, amidos, inulina e glúten de trigo) e veículos. Enquanto na exportação há uma dependência em um só produto, o petróleo. Na pauta da importação há uma diversificação de produtos.

Os dados no gráfico 6 mostram que neste período, depois de 2018 os fluxos caíram, percebe-se uma grande queda na exportação e importação, o menor valor da exportação foi de US\$ 244.377 em 2020 e a importação US\$ 418.425 em 2021. No gráfico pode-se observar uma queda no volume de comércio de Angola na SADC a partir de 2019 devido a crise econômica que o país vem enfrentando.

A exportação de Angola para os países da SADC, quanto os principais parceiros comerciais ou destinos (ver tabela 2) foram os seguintes: África do Sul, RDC e Namíbia. Tal como na importação, dois dos principais parceiros (ver tabela 3) foram a África do Sul e a Namíbia. Entre esses parceiros comerciais, a África do Sul é o maior parceiro comercial de Angola, responsável por toda a exportação de Angola na SADC, e representa 3,9% (ver gráfico 3) do total da exportação angolana em 2017.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou analisar como Angola instrumentaliza sua participação na SADC para atingir mercados de interesse dentro da região, especificamente aqueles com que mais tem interação. O trabalho no primeiro capítulo, fez uma abordagem da história de fundação da SADC desde a criação da linha da frente e suas transformações, assim como também aborda a história política de Angola na região da SADC a partir do período pós-independência e Guerra-fria, analisamos as relações comerciais de Angola com SADC e a relação comercial intra-regional entre os Estados-membros. No segundo capítulo, apresentamos as teorias de integração, o conceito de integração regional e focamos na integração regional em África, trouxemos os diversos processos de integração em África com ênfase no processo de integração em análise.

Como vimos Angola é membro da SADC desde a fundação do bloco, esta organização é um processo de integração regional da África austral, político, econômico e sociocultural. O mesmo é conhecido como comunidade, onde os Estados têm procurado alcançar os objetivos através da integração regional. Angola, como observamos tem uma grande potencialidade na região, o país é o segundo maior exportador da SADC a nível mundial, apesar da sua economia estar centralizada apenas no setor petrolífero, ou seja, na sua exportação. Assim como a falta de indústrias torna o país dependente da importação de produtos de consumo.

A partir dos dados analisados, foi possível constatar a partir dos dados qualitativos de protocolos analisados o volume de ocorrências voltadas a categoria de integração comercial em maior número no protocolo de Comércio em relação ao protocolo de Transporte, comunicação e meteorologia e nenhuma ocorrência no protocolo de Política, segurança e defesa. Apesar dos protocolos não mostrarem necessariamente como tem sido as relações comerciais de Angola na SADC, os números mostram a relevância e a preocupação que a organização tem com relação a integração comercial com os Estados membros, com auxílio de outros documentos utilizados é possível observar o envolvimento de Angola, no qual constatou-se durante a discussão que Angola não está completamente imersa na integração econômica da SADC, ou seja, o país não aderiu área de livre comércio da SADC, essa área que é parte do protocolo comercial que embora tenha assinado, porém não ratificou, com isso o mesmo não faz parte dessa iniciativa comercial da SADC. Assim como os dados quantitativos mostram que o fluxo comercial de exportação e importação do país com a SADC é baixo. A participação de Angola no comércio regional é mínima e os dados mostram que o fluxo caiu bastante nos últimos anos, devido à crise econômica que o país vem enfrentando por conta da queda do petróleo. Embora a SADC

não seja o foco na área econômica de Angola, conforme os dados mostram, ou seja, o mesmo não ratificou o protocolo comercial da SADC, ainda assim, o país mantém relações comerciais bilaterais com alguns países-chave na região que são os seus principais parceiros comerciais na SADC. Contudo, notamos que Angola não necessariamente utiliza o espaço da SADC para fortalecer o seu comércio, entretanto, mantém relações comerciais de forma bilateral com alguns países de grande expressão da região, como a África do Sul que é o país mais desenvolvidos da região, a Namíbia que é um país com boa estabilidade política e econômica e tem limites geográficos com Angola e a RDC também e isso facilita o seu comércio de mercadorias.

## REFERÊNCIAS

- AMBRÓSIO, H. S. A. **Desenvolvimento econômico, integração comercial e desigualdades regionais: Angola no contexto a África Austral**. 2014. 228 p. Dissertação (Mestrado Em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia Instituto de Economia, Uberlândia, 2014.
- ANGOLA. **Monograph of the republic of Angola**. Third United Nations Conference On The Least Developed Countries. Brussels: UNCTAD, 2001.
- APEX-BRASIL. **Oportunidades para as exportações brasileiras. África do Sul, Angola e Moçambique**. 2015.
- BANCO MUNDIAL. **Indicadores de Desenvolvimento Mundial**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.CD&country=ZAF>.
- BANCO MUNDIAL. **Angola: Diagnóstico Sistemático Nacional**. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, 70, 1977.
- BAGGIO, Conrado Ottoboni. **O acordo continental africano de livre comércio: esperanças e desafios**. Revista: Cadernos de Campo, Araraquara, n. 29, p. 137-159, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14165/10450>>.
- BRASIL. **Guia de Negócio Angola**. [s.d.]. Disponível em: < [https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como\\_exportar\\_privado/como-exportar.pdf/GNAngola.pdf](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como_exportar_privado/como-exportar.pdf/GNAngola.pdf)>.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Política externa da África Austral: guerra, construção de estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)**. Porto Alegre: CEBRÁFRICA - UFRGS, 2017.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Política externa regional de Angola: mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010)**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 139 - 172, 2015.
- CHOI, Y. J; CAPORASO, J. A. **Comparative regional integration**. In: Carlsnaes, Walter; Risse Thomas; Simmons, Beth. A (org.). Handbook of International Relations. London: SAGE, 2002.
- COSTA, Paulo Roberto da. **Estatística**. 3. ed. Santa Maria, RS: UFSM, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Curso Técnico em Automação Industrial, 2011. 95p. Disponível em: <[https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/11/04\\_estatistica.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/11/04_estatistica.pdf)>.
- DOUGHERTY, J. E.; PFALTZGRAFF, R. L. **Contending theories of international relations**. Philadelphia: J. B. Lippincott Company, 1971.
- DOUGHERTY, J. E.; PFALTZGRAFF, R. L. **Contending theories of international relations**. A Comprehensive Survey. 5 the edition. Addison Wesley Longman, 2001.
- HAAS, ERNST B. **The uniting of Europe: political, social, and economic forces, 1950-1957**. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2004.

HARTZENBERG, T. **Regional integration in Africa**. World trade organization. Trade Law Centre for Southern Africa, 2011.

HERZ, M; HOFFMAN, A. R. **Organizações Internacionais: história e práticas**. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ITC. Mapa comercial. Disponível em: <

[https://www.trademap.org/Country\\_SelProductCountry\\_TS.aspx?nvpm=1%7c024%7c%7c%7c35%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1](https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c024%7c%7c%7c35%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1)>.

JOSÉ, J. **A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil**. 2011. 291 p. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Ufrgs, Porto Alegre, 2011.

JOVITA, João B. de. **A política externa de angola e as estratégias atuais**. 2017. 116 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

KAYIZZI-MUGERWA, S. k.; ANYANWU, J. C.; CONCEIÇÃO, P. **Regional integration in Africa: an introduction**. African Development Review, Vol. 26. n. S1, 2014, p.1-6.

LANGA, E. N. B.; SACAVINDA, Paula G. **SADC: Análise do contexto histórico e político (1970-1992)**. Tensões Mundiais, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 143–164, 2020.

MARTINS, Denise Maria. **Métodos quantitativos estatísticos**. 1.ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2012. Disponível em : <[https://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO\\_metodos\\_quantitativos\\_estatisticos\\_denise.pdf](https://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_metodos_quantitativos_estatisticos_denise.pdf)>.

MOMA, José Abel. **Reconsiderando as origens da construção do regionalismo na África Austral, trinta anos depois. Por uma leitura construtivista das origens da SADC**. JANUS.NET e-journal of International Relations, v. 3, n. 2, outono. 2012.

MURAPA, Rukudzo. **A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica**. Tradução Cristina Paixão Lopes. 2002.

OTAVIO, ANSELMO. **Da contestação à responsabilidade mútua: uma análise entre o lpa e a nepad**. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6, n.10, 2017. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6062/3242>>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/ZAF>

SADC. **Manual de Identidade Institucional da SADC**. Gaborone, Botswana, 2017, p.91.

SADC. **Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para 2020–2030**, Gaborone, Botsuana, 2020.

SADC. **Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP)**. Gaborone, Botsuana, 2003.

SADC. **Protocol on trade**. 1996. Disponível em: <[https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-11/Protocol\\_on\\_Trade1996.pdf](https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-11/Protocol_on_Trade1996.pdf)>.

SADC. **Protocolo sobre trocas comerciais na região da comunidade para desenvolvimento da África Austral (SADC)**. 1996. Disponível em: <[https://wipolex-res.wipo.int/edocs/lexdocs/treaties/pt/sadc-pr/trt\\_sadc\\_pr.pdf](https://wipolex-res.wipo.int/edocs/lexdocs/treaties/pt/sadc-pr/trt_sadc_pr.pdf)>.

SADC. **Protocol on Trade (1996)**. [s/d]. Disponível em: <https://www.sadc.int/document/protocol-trade-1996-0>.

SADC. **SADC Protocols**. [s/d]. Disponível em: <<https://www.sadc.int/pages/sadc-protocols>>.

SADC. **Free Trade Area**. Disponível em: <<https://www.sadc.int/integration-milestones/free-trade-area>>.

SCHUCK, Gustavo José; SOARES, Jorge Luiz; FETTER, Natália Wulff. **Comunidade de Desenvolvimento da África Austral: evolução do comércio e efeitos no período de 1995 a 2009**. V encontro de economia Catarinense. 2010.

SILVA, L. **O papel das organizações regionais africanas no desenvolvimento da democracia: o caso da SADC**. 2014. 150 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) – Universidade de Évora Escola de Economia Departamento de Relações Internacional, Évora, 2014.UA. **Regional Economic Communities (RECs)**. Disponível em: <<https://au.int/en/organs/recs>>.

UNCTAD. **Vulnerability Profile ANGOLA**. 2023.

WYK, J. A. van. **O programa nuclear da África do Sul do apartheid e seu impacto na África Austral**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 117 - 139, 2014.